



PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2026.07.068

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 025/2026 - SRP

TIPO: MENOR PREÇO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 24/06/2026 às 09:30hrs (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: [menor preço]

MODO DE DISPUTA: [aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE São Felix do Xingu - PA, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados, que estará realizando o **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 025/2026-SRP** do tipo MENOR PREÇO POR ITEM através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, e com a Lei Federal n.º 14.133/2021, Decreto Municipal n.º 1.245/2023, com a Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como as condições a seguir estabelecidas.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, LANCHES, BEBIDAS E ITENS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS CAPACITAÇÕES, FORMAÇÕES CONTINUADAS, ENCONTROS PEDAGÓGICOS, EVENTOS INSTITUCIONAIS, CULTURAIS, COMEMORATIVOS E DEMAIS ATIVIDADES PROMOVIDAS PELA SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIX DO XINGU/PA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderá participar desta licitação qualquer empresa legalmente constituída cujos ramos de atividades guardem pertinência e compatibilidade com o objeto licitado, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e, estiverem devidamente cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ou posteriormente, quando do ato de celebração de contrato ou assinatura da respectiva ata.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.9. *pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*
- 2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos na plataforma da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.3.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.4. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 ou 3.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.5. Conforme disposto no art. 63, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, os documentos comprobatórios da habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira



deverão ser apresentados no prazo de, no mínimo, 15 (quinze) minutos, contados a partir da convocação do licitante vencedor, salvo disposição em contrário no edital.

3.6. A ausência de qualquer documento exigível implicará na inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções administrativas e legais cabíveis.

3.7. Os documentos deverão ser entregues:

- 3.7.1. Em formato digital, por meio do sistema eletrônico oficial designado no edital;
- 3.7.2. Completos e legíveis, sob pena de não serem considerados para fins de habilitação.

3.8. Eventuais dúvidas ou dificuldades técnicas deverão ser comunicadas imediatamente à comissão de licitação, que avaliará a pertinência de prorrogação excepcional do prazo, conforme o princípio da motivação (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- 3.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

- 3.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



- 4.1.1. *valor unitário e total do item;*
- 4.1.2. *Marca, quando couber;*
- 4.1.3. *Fabricante, observadas as disposições legais;*
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.2.1. **O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.**
- 4.2.2. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 1% (um por cento)*.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim



como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.19.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Município;
- 5.19.2.2. empresas brasileiras;
- 5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.20.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.20.1. *Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo*
- 5.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



- 5.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 6.1.1. SICAF;
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.
- 6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.6.1. conter vícios insanáveis;
- 6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;



- 6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecução das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.7.1. A inexecução, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.8.** Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.9.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.10.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.11.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.12.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.13.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.14.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.15.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, **não se limitando a:**

7.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 7.1.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



7.1.1.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).

7.1.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2. REGULARIDADE FISCAL:

7.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades.

7.1.2.2. Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa).

7.1.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante.

7.1.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante.

7.1.2.5. Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

7.1.2.6. Alvará sanitário, compatível com o objeto licitado, emitido pelo órgão competente, comprovando que a empresa licitante foi vistoriada pelo Serviço de Vigilância Estadual ou Municipal, no prazo estabelecido oficialmente.

7.1.3. REGULARIDADE TRABALHISTA:

7.1.3.1. a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.1.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.1.4.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

7.1.4.2. O licitante deverá apresentar Declaração com uma relação detalhada dos compromissos financeiros assumidos que possam impactar sua capacidade econômico-financeira, excluindo-se as parcelas já executadas de contratos firmados, nos termos do Art. 69, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.1.4.2.1. A exigência desta declaração fundamenta-se nos riscos que a incapacidade financeira do licitante pode acarretar à Administração Pública Municipal. A apresentação desta relação visa prevenir que compromissos anteriormente firmados pelo licitante venham a comprometer sua capacidade de executar o objeto do futuro contrato, garantindo assim a segurança e a eficiência na execução contratual.

7.1.4.2.2. A regra de verificação de 1/12, em comparação com o Patrimônio Líquido da empresa, está em consonância com a regularidade necessária para a execução do objeto da licitação. Tal medida assegura que o licitante possui a capacidade econômico-financeira adequada para cumprir as obrigações contratuais, resguardando a Administração Pública Municipal de eventuais inadimplementos e garantindo a continuidade dos serviços contratados.

7.1.4.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, devidamente registrados na Junta Comercial, podendo ser os mesmos atualizados por índices oficiais, quando encerrados a mais de três meses da data de apresentação da proposta.



7.1.4.3.1. Os documentos referidos no item 7.1.4.3. limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1.5.1. Atestado de Capacitação Técnica Operacional: fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, equivalente ou superior ao objeto desta licitação, contendo as seguintes informações: nome do contratado e do contratante, identificação do tipo ou natureza do objeto, período de fornecimento, descrição e suas quantidades; que comprove o fornecimento de objeto com características semelhantes ao objeto da licitação.

7.1.5.1.1. Os atestados deverão referir-se a fornecimentos executados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

7.1.5.1.2. O licitante disponibilizará, à título de diligências, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

7.1.6. DECLARAÇÕES

7.1.6.1. Declaração que entre os Sócios e Gerentes não há nenhum servidor da Administração Municipal e que nem tenha sido nos últimos 180 dias assinada pelo representante legal da empresa (ANEXO III).

7.1.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em



relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º)

7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.9.1.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

8.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

8.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante



vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

8.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

8.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

8.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

9.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

9.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

9.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

9.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

9.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

9.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

9.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

9.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

9.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

9.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

9.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:



- 10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.tcm.pa.gov.br/mural-de-licitacoes/>.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 11.1.5. fraudar a licitação
 - 11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.



11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 11.2.1. advertência;
- 11.2.2. multa;
- 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o



adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*:

12.3.1. Em campo próprio do sistema, disponível do sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

12.3.2. Através do e-mail: licitacao.pmsfx@hotmail.com, sendo este somente para pedidos de esclarecimentos.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

13.11.1.1. Relação de itens

13.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

13.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

13.11.4. ANEXO IV – Declaração de Parentesco.

São Félix do Xingu/PA, 11 de junho de 2026.

JAQUELINE DE OLIVEIRA SILVA
Autoridade Competente



TERMO DE REFERÊNCIA

Inciso XXIII do Art. 6º da lei 14.133/21

A SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ-MF nº 14.931.860/0001-53, com sede na: Avenida Coronel Tancredo, nº1433, Centro, representado neste ato pela Srª. JAQUELINE DE OLIVEIRA SILVA, inscrito no CPF nº 687.686.502-06, Secretária Executiva Municipal de Educação, resolve formalizar a seguinte solicitação para fins licitatórios, com o objeto mais abaixo discriminado, amparado legalmente pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos e suas alterações posteriores.

OBJETO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, LANCHES, BEBIDAS E ITENS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS CAPACITAÇÕES, FORMAÇÕES CONTINUADAS, ENCONTROS PEDAGÓGICOS, EVENTOS INSTITUCIONAIS, CULTURAIS, COMEMORATIVOS E DEMAIS ATIVIDADES PROMOVIDAS PELA SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO XINGU/PA.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Os procedimentos a serem realizados deverão estar em conformidade com as especificações, quantidades e condições descritas neste Termo de Referência.
- 1.2. A licitante, por ocasião da participação nesta licitação, obriga-se a executar o objeto em estrita conformidade com as especificações deste termo, garantindo o fornecimento de alimentos que atendam integralmente às normas técnicas, resoluções e legislações vigentes dos órgãos reguladores.
- 1.3. Obedecer a descrição do objeto e quantitativo, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VAL. UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO 400G: Açúcar, Cacau, Extrato de Malte, Sal, Soro de Leite em Pó, Leite Desnatado em Pó, Vitaminas (C, B3, B2, B6, B1, A e D), Estabilizante Lecitina de Soja e Aromatizantes. Embalagem primária: saco plástico atóxico contendo 400G. Validade mínima 6 meses após a data de entrega.	PCT	1.500	R\$ 16,50	R\$ 24.750,00
2	ABACAXI IN NATURA TAM. MÉDIO - Cilíndrico ou ligeiramente cônico, diâmetro 12-16 cm, comprimento 20 - 25 cm, escamas grandes, cor verde-clara, amarelo-dourado quando maduro, textura firme sem espinhos nas escamas, polpa amarela clara suculenta doce com leve acidez, aroma forte sem sementes.	UND	500	R\$ 8,32	R\$ 4.160,00
3	ABOBORA IN NATURA TIPO CABUTIÁ- Classe leguminosa, tamanho médio de 1,5 a 3 kg, casca verde-escuro, dura, rugosa e resistente com textura rugosa e nervura visíveis, polpa densa, firme e cremosa.	KG	80	R\$ 7,50	R\$ 600,00
4	ACELGA IN NATURA- Classe verdura, pecíolos e nervuras de cor branca, folhas verdes, variedade com folhas tenras e talos finos próprias para saladas, sem manchas escuras.	KG	80	R\$ 12,46	R\$ 996,80
5	AÇÚCAR CRISTALIZADO 2KG: Açúcar tipo Cristal, refinado, cor branca, sacarose de cana de açúcar. Embalagem primária plástica, de 2 kg, contendo data de fabricação e validade de no mínimo 1 ano após a data de entrega.	PCT	3.000	R\$ 11,78	R\$ 35.340,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO XINGU
SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EQUIPE DE PLANEJAMENTO - SEMED



6	ADOÇANTE LÍQUIDO 80ML: adoçante dietético líquido-100% stevia. Ingrediente: água, edulcorantes naturais glicosídeos de Steviol, acidulante: ácido cítrico. Sem aspartame, sem ciclamato, sem sacarina, sem acesulfame-k. Unidades de 80 ml. Prazo de validade 2 anos a partir da data de entrega.	UND	20	R\$ 16,88	R\$ 337,60
7	ÁGUA MINERAL 500ML 1X12- água mineral sem gás, natural ou refrigerada, garrafa pet 500 ML, embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, embalagem secundária plástico com 12 und, validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega.	FARDO	500	R\$ 27,07	R\$ 13.535,00
8	ALFACE IN NATURA- Hortaliça, folhas de textura vaiadas, sabor suave e alto teor de água, folhas limpas brilhantes e firmes e sem murchas. Devem estar livres de danos mecânicos, pragas, doenças, manchas escuras, áreas amareladas ou resíduos de terras e defensivos agrícolas.	UNID	800	R\$ 10,91	R\$ 8.728,00
9	ALHO IN NATURA: alho tipo comum, em bulbos íntegros e graúdos, sem brotos e machucados, coloração rocha ou branca, isento de terra, sujidades e corpos estranhos.	KG	1.500	R\$ 42,42	R\$ 63.630,00
10	ALHO PORÓ IN NATURA- Hortaliça, talo cilíndrico alongado, composto por bainhas de folhas sobrepostas, caule subterrâneo, tenro, suculento e comestível, medindo de 10 a 15 cm de comprimento, folhas longas, plana, largas e resistentes, de cor verde -escura, livre de terra, resíduos de adubos, pedras e outras impurezas, talos firmes sem rachaduras, cortes ou partes murchas, folhas verdes devem estar bem firmes e não amareladas.	KG	50	R\$ 20,99	R\$ 1.049,50
11	AMIDO DE MILHO 500 G(TIPO MAISENA)- Produto obtido da moagem úmida do milho, composto essencialmente por amido, sem aditivos ou conservantes; alimento não perecível, grupados amidos e féculas, sem glúten. Pó muito fino homogêneo, sem grumos, livre de impurezas ou corpos estranhos. cor branca brilhante uniforme, inodoro, sem cheiros estranhos ou rançosos.	UND	200	R\$ 11,95	R\$ 2.390,00
12	ARROZ BRANCO TIPO 1 5KG: Beneficiado, polido, classe longo fino. Embalagem primária plástica, transparente, 5 kg. Com data de fabricação e validade de no mínimo 6 meses após a data de entrega.	PCT	500	R\$ 34,35	R\$ 17.175,00
13	ASINHA DE FRANGO- É o corte completo da asa do frango, provenientes de aves saudáveis sem adição de tempero, inspecionadas e abatidas conforme normas sanitárias, carne firme, úmida sem manchas escuras hematoma, ossos quebrados, cartilagens excessivas ou resíduos estranhos, cor branca a rosada clara e uniforme.	KG	1000	R\$ 27,09	R\$ 27.090,00
14	AVEIA EM FLOCOS FINOS 200G: Aveia em flocos finos. Embalagem plástica contendo 200 g do produto. Data de fabricação: o produto deve ter sido fabricado no Máximo antes de 30 dias da data de entrega. Prazo de validade: mínimo 6 meses.	UND	200	R\$ 7,93	R\$ 1.586,00
15	BACON SUÍNO DEFUMADO - Composto por camadas alternadas de carnes magras e gordura geralmente cortadas em fatias finas ou peças inteiras, carne de cor rosa avermelhada escura, aroma forte, defumado, com sabor salgado, com notas de fumaça.	KG	100	R\$ 54,92	R\$ 5.492,00
16	BATATA DOCE IN NATURA- Classe Leguminosa, avermelhada ou roxa, com textura fina e lisa ou ligeiramente rugosa, textura firme e consistente, sem sinais de amolecimento ou murcha.	KG	60	R\$ 10,34	R\$ 620,40
17	BATATA IN NATURA: tipo inglesa, classe legume, Tamanho médio. Não esverdeadas, sem brotos, sem rachaduras ou pontos escuros.	KG	800	R\$ 12,59	R\$ 10.072,00
18	BETERRABA IN NATURA: Classe legume, Tamanho médio, firmes, não murchas, cor vermelho intenso, sem rachaduras nem sinais de brotação.	KG	200	R\$ 11,16	R\$ 2.232,00
19	BISCOITO DOCE ROSQUINHA 400G: Tipo Maria ou similar. Ingredientes obrigatórios: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (Vitamina B9) açúcar, gordura vegetal, amido de milho, açúcar invertido, cacau em pó, soro de leite em pó e sal. Corante natural de caramelo. Em embalagem plástica de 400g. Validade de no mínimo 6 meses da data de entrega.	PCT	1.000	R\$ 14,91	R\$ 14.910,00
20	BOLACHA ÁGUA E SAL 370g: tipo cream cracker ou similar, 0% gorduras trans. ingredientes obrigatórios, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, açúcar invertido, sal e fermentos químicos. embalagens plásticas de 370 g. validade de no mínimo 6 meses da data de entrega.	PCT	1.000	R\$ 6,74	R\$ 6.740,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO XINGU
SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EQUIPE DE PLANEJAMENTO - SEMED



21	CAFÉ EM PÓ 500G - café torra média e moído, linha tradicional, espécie Conilon ou Arábica. Envelope a vácuo, material resistente, embalagem de 500g.	UNID	3.000	R\$ 22,83	R\$ 68.490,00
22	CALDO DE CARNE TABLETE- Produto alimentício desidratado, sólido, compacto em formato de cubo/tablete obtido pela mistura que confere ingredientes, sabor, aroma e característica de caldo de carne bovina. Pode ter traços de soja, glúten, leite, peixe, declarado em rótulo, embalagem com 12 tablets.	UND	250	R\$ 8,03	R\$ 2.007,50
23	CALDO DE GALINHA TABLETE- Produto alimentício desidratado, sólido, compacto em formato de cubo/tablete pela mistura que confere ingredientes, sabor e aroma e característica de caldo de galinha. Pode ter traços de soja, glúten, leite, peixe, declarado em rótulo, embalagem com 12 tablets.	UND	300	R\$ 11,02	R\$ 3.306,00
24	CANELA EM CASCA 200G- pedaços de casca enrolado em formato de tubo ou pau, embalados em embalagens plásticas de 200g com validade de 12 a 24 meses, cor marrom- envermelhada.	PACTE	1000	R\$ 6,45	R\$ 6.450,00
25	CARNE BOVINA CORTE TIPO MOIDA- carne bovina in natura, magra, tipo acém, sem osso, resfriada. Complemento: isenta de temperos e conservantes, aspecto próprio, não amolecido e nem pegajosa, cor própria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitas e larvas máximo 10% de gordura.	KG	4.000	R\$ 36,14	R\$ 144.560,00
26	CARNE BOVINA CORTE TIPO PEDAÇO- carne bovina in natura, magra, tipo acém, sem osso, resfriada. Complemento: isenta de temperos e conservantes, aspecto próprio, não amolecido e nem pegajosa, cor própria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitas e larvas , máximo 10% de gordura.	KG	5.000	R\$ 38,26	R\$ 191.300,00
27	CARNE DE CHARQUE BOVINA 500G: curada e seca. embalagem primária, a vácuo, em polietileno atóxico transparente com 500g.	PCT	300	R\$ 36,51	R\$ 10.953,00
28	CEBOLA DE CABEÇA IN NATURA: Branca, Unidades integras, frescas e limpas. Sem perfurações e áreas murchas ou com fungos.	KG	800	R\$ 12,69	R\$ 10.152,00
29	CENOURA IN NATURA: Classe legume, Fresca e íntegras, com cor característica da espécie. Sem áreas escuras e sem perfurações.	KG	600	R\$ 12,82	R\$ 7.692,00
30	CHÁ PRETO 10 SACHES DE 16G- Folhas inteiras, parcialmente quebradas ou em pó, folhas secas geralmente de cor preta ou marrom-escuro, com textura firme e ligeiramente enrugada. Quando em pó fino e homogêneo.	CX	30	R\$ 10,58	R\$ 317,40
31	CHEIRO VERDE IN NATURA (CEBOLINHA E COENTRO)150 A 200G - Ervas aromáticas, intenso, fresco, com notas frescas levemente picantes e terrosas, folhas tenras e macias, com talos macios, mas não fibrosos, verde vibrante, deve apresentar folhas firmes com cor vivas e sem sinais de murchas ou amarelamento. Embalado em sacos plásticos transparentes e higienizados, que permitam a visualização do produto	MAÇO	1000	R\$ 7,52	R\$ 7.520,00
32	CHIMICHURRI 100G- Ervas frescas, salsinha de folhas lisas, oregano, tomilho louro, pimentão vermelho e tomates secos.	POTE	50	R\$ 10,59	R\$ 529,50
33	CHUCHU IN NATURA- Fruto com formato ovalado ou piriforme com casca geralmente lisa ou levemente rugosa podendo apresentar espinhos dependendo da variedade, varia do verde claro ao verde escuro.	KG	80	R\$ 10,01	R\$ 800,80
34	COXINHA DA ASA -É o corte obtido da primeira junta da asa do frango, entre o úmero e o rádio-ulna com formato arredondado e curto semelhante a uma pequena cocha, proveniente de aves saudáveis, inspecionadas e abatidas conforme normas sanitárias. Carne firme úmida, sem manchas escuras , hematomas ossos quebrados, cartilagens excessivas ou resíduos estranhos, cor branca a rosada clara e uniforme.	KG	1000	R\$ 18,34	R\$ 18.340,00
35	COCO RALADO 250G SEM AÇUCAR- coco em pó ou em pedaços, embalados em pacotes plásticos, com validade variando de 12 a 24 meses, cor branca com baixo teor de gordura, sem açúcar pct 250g.	PACTE	200	R\$ 13,21	R\$ 2.642,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO XINGU
SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EQUIPE DE PLANEJAMENTO - SEMED



36	COSTELA DE PORCO-Corte suíno retirado da região torácica inferior/ventral, entre o lombo e a barriga, composto por ossos curtos e finos, carne macia e camada uniforme de gordura, peças inteiras ou cortada em ripas/quadrados, ossos alinhados, carne bem distribuídas, rosa-clara a avermelhada brilhante, sem manchas escuras, esverdeadas ou hematomas.	KG	500	R\$ 38,06	R\$ 19.030,00
37	COUVE MANTEGA IN NATURA - Hortaliça, caracterizadas por folhas grandes, espessas e de cor verde intensa com sabor marcante e firme. Folhas limpas, brilhantes e sem murchas. Devem estar livres de danos mecânicos, pragas, doenças, manchas, áreas amareladas ou resíduos de terra ou defensivos agrícolas.	UND	500	R\$ 10,28	R\$ 5.140,00
38	COXA E SOBRECOXA DESOSSADA- É o corte obtido da região posterior da ulmero, formado pela junção da coxa e sobrecoxa com remoção total dos ossos, carne firme, úmida, sem manchas escuras, hematomas, cartilagens, resíduos de ossos ou excesso de gordura. Cor branca a rosada clara, não pode estar mole ou pegajosa.	KG	900	R\$ 14,73	R\$ 13.257,00
39	CRAVINHO POTE COM 100G- É constituído por botões flores secos, com formato que lembra um prego, marrom-escuro ou preto, odor forte e aromático.	POTE	50	R\$ 13,20	R\$ 660,00
40	CREME DE CEBOLA EM PÓ C/ 100G- Cremosa e homogênea, farinha de trigo, cebola desidratada moída, alho em pó, curcuma, salsa desidratada, cebolinha desidratada e ervas e especiarias naturais.	PCT	60	R\$ 6,19	R\$ 371,40
41	CREME DE LEITE 200G- linha tradicional, 17% de gordura, caixinha Tetra Pak, resistente, hermética e que garanta conservação do produto em temperatura ambiente.	UNID	350	R\$ 6,43	R\$ 2.250,50
42	EXTRATO DE TOMATE 340G: Extrato alimentício, ingrediente básico tomate, conservação isenta de fermentação, feito com tomates maduros, selecionados, sem pele e sem sementes, embalagem primária com 340g. Validade de no mínimo 1 ano após a data de entrega.	UND	300	R\$ 7,95	R\$ 2.385,00
43	FARINHA DE MILHO FLOCADA 500G: Farinha de milho tipo flocão, flocos amarelos e grandes, sem sal, embalagem de 500 g, validade mínima de 8 meses.	PCT	3.000	R\$ 7,87	R\$ 23.610,00
44	FARINHA DE TRIGO 1 KG SEM FERMENTO: Farinha de trigo Tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem primária, pacote com 01 kg. Validade mínima de 6 meses após a data de entrega.	PCT	1.000	R\$ 14,30	R\$ 14.300,00
45	FEIJÃO CLASSE CARIOCA 1KG: Feijão Carioca tipo 1, safra de no máximo 12 meses, sem caruncho e presença de grãos mofados, pedras e outras sujidades. Em embalagem plástica de 1 kg. Validade de no mínimo 6 meses da data de entrega.	KG	2.000	R\$ 13,62	R\$ 27.240,00
46	FEIJÃO PRETO- Leguminosa, minimamente processado, grãos secos inteiros, cor preta, mínimo de 95% de pureza da variedade, uniforme sem manchas, descoloração ou pontos claros, casca lisa, brilhante ou fosca, fina e resistente, embalados em embalagens plásticas de 1 kg, transparente.	KG	200	R\$ 11,55	R\$ 2.310,00
47	FERMENTO BIOLÓGICO 125G: Fermento para pão. Embalagem 125 g. com data de fabricação e validade de no mínimo 6 meses.	UND	200	R\$ 14,02	R\$ 2.804,00
48	FERMENTO QUÍMICO 100G: tipo em pó composto de fosfato de sódio, bicarbonato de sódio e fosfato de mono-cálcio embalagem 100 g	UND	320	R\$ 6,81	R\$ 2.179,20
49	FILÉ DE FRANGO- É o corte do músculo peitoral do frango, desossado e sem pele, apresentando formato e alongado, cor branca a rosa clara, uniforme, sem odores desagradáveis ou estranhos, firme e consistente, não pode estar mole ou pegajoso.	KG	500	R\$ 26,25	R\$ 13.125,00
50	FRANGO INTEIRO CONGELADO- carne de ave in natura, sem temperos e conservantes, sem miúdos, com pele complementada: firme e sem manchas, coloração clara, aderente e sem odores, embalagem primária intacta em polietileno.	KG	8.000	R\$ 15,98	R\$ 127.840,00
51	FUMAÇA EM PÓ 50G- Intenso e característico de defumado, com notas de madeira tostada, pó fino e homogêneo, sal, farinha de milho, corantes (como carvão vegetal ou caramelo) e ácido cítrico.	PCT	80	R\$ 8,06	R\$ 644,80



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO XINGU
SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EQUIPE DE PLANEJAMENTO - SEMED



52	GELO TRITURADO 10KG - gelo triturado, picado, granulado, água potável ou mineral congelada a 0° C ou inferior, transparente, sem corantes, sólida cristalina, livre de impurezas, embalado em saco plástico resistente transparente atóxico lacrado.	UND	1000	R\$ 14,19	R\$ 14.190,00
53	GENGIBRE IN NATURA - Rizoma subterrâneo, formato irregular dedo de sores ramificações cascas fina de cor marrom-clara, com textura ligeiramente áspera e sulcos visíveis, polpa firme e crocante.	KG	100	R\$ 21,30	R\$ 2.130,00
54	LARANJA IN NATURA: Classe fruta, Fresca, grau médio de amadurecimento, tamanho médio, casca lisa, sem machucados e fungos.	KG	1.000	R\$ 13,29	R\$ 13.290,00
55	LEITE CONDENSADO 395G - caixinha Tetra Pak ou similar, resistente, hermetica, leite semidesnatado, produto de primeira qualidade.	UNID	300	R\$ 9,62	R\$ 2.886,00
56	LEITE EM PÓ DESNATADO 400G: leite em pó desnatado, não adoçado, embalados em sacos aluminizados de 400G. Na embalagem o produto deverá estar especificado os seguintes itens: identificação do produto e empresa, data de fabricação e validade, peso líquido, ingredientes, modo de preparo, valor nutricional e registro no SIF. Vaidade mínima de 6 mês a contar da data de entrega.	UND	250	R\$ 36,96	R\$ 9.240,00
57	LEITE EM PÓ INTEGRAL 200G: Leite em pó embalagem primária própria intacta, constando a identificação do produto, marca, nome e endereço do fabricante, modo de preparo, informação nutricional, lote e validade mínima de 90 dias após a data de entrega, Armazenado em pacote plástico 200g.	PCT	300	R\$ 15,48	R\$ 4.644,00
58	LEITE EM PÓ ZERO LACTOSE 400G: Leite em pó instantâneo para dietas com restrição de lactose, isenta de lactose, carboidratos 100% maltodextrina, com soro de leite e caseína como fonte proteica com DHA e ARA, enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros. Oligoelementos. Embalagem com 400g e deverá constar: identificação do produto e empresa, data de fabricação e validade, peso líquido, ingredientes e valor nutricional. O item deverá ter o prazo mínimo de validade de 6 meses contados apartir da data de entrega.	UND	100	R\$ 32,59	R\$ 3.259,00
59	LEITE FLUIDO TIPO C 1L- resfriado, pasteurizado, pacote de 1L, envazado em embalagem de polietileno, contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 dias.	LT	4.000	R\$ 8,24	R\$ 32.960,00
60	LEMON PEPPER 100G - condimento com granulos visíveis de pimenta e raspas de limão desidratadas, pó fino a médio, tonalidade amarela clara a marrom claro.	POTE	70	R\$ 11,10	R\$ 777,00
61	LIMÃO IN NATURA TIPO TAITI - Oval ou redondo, casca lisa brilhante, cor verde- claro a verde-escuro, firme, polpa verde-amarelada, muito suculenta, ácida intensa, aroma forte, poucas ou nenhuma sementes., colhido totalmente desenvolvido, cor verde uniforme; não amadurece depois de colhido.	KG	200	R\$ 8,83	R\$ 1.766,00
62	LINGUIÇA CALABRESA- Formato de rolos ou elos com diâmetro médio e comprimento variável, firme e consistente, com granulometria média da carne, aroma marcantes, com destaque para o sabor picante , defumado e temperos como alho, pimenta e oregano.	KG	80	R\$ 29,80	R\$ 2.384,00
63	MAÇÃ IN NATURA TIPO FUJI: Maçã nacional, classe fruta, tipo fuji, Fresca, grau médio de amadurecimento, tamanho médio, casca lisa, sem machucados e fungos.	KG	200	R\$ 16,50	R\$ 3.300,00
64	MAIONESE SEM GLÚTEN 500G- molho frio cremoso (tipo hellmanns), textura lisa, homogenia, cremosa e consistente, sem grumos ou separação de fases, pote plástico transparente de 500g.	UND	300	R\$ 17,38	R\$ 5.214,00
65	MELÂNCIA IN NATURA- Classe Magnoliopsida, redonda, ovalada ou alongada, verde claro ou escuro com ou sem listras, polpa vermelha, com ou sem sementes.	KG	200	R\$ 5,34	R\$ 1.068,00
66	MAMÃO IN NATURA- Classe fruta, formato alongado, ovalado, casca lisa e fina, polpa macia, suculenta e doce, coloração que vai do amarelo claro ao alaranjado.	KG	70	R\$ 9,46	R\$ 662,20
67	MANDIOCA MANSA- Minimamente processada, cortada, embalada a vácuo, em embalagem plástica transparente, com identificação do produto, data de colheita, validade e peso.	KG	1.200	R\$ 10,81	R\$ 12.972,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO XINGU
SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EQUIPE DE PLANEJAMENTO - SEMED



68	MANGA IN NATURA TIPO ROSA- Fruta tropical, pode ser redonda, oval ou alongada, com peso que varia de 250g a 800g , casca fina lisa e brilhante, quando madura as cores variam em verde, amarelo, laranja, vermelho, polpa amarela , suculenta, cremosa e doce.	KG	100	R\$ 9,29	R\$ 929,00
69	MARACUJÁ AMARELO- fruto azedo redondo ou ovalado, diâmetro 8-12 cm, casca lisa, brilhante, cor amarela intensa quando maduro, firme enrugado quando muito maduro. Poupá amarela-alaranjada, gelatinosa, suculenta, aroma forte característico, sabor ácido-azedo.	KG	100	R\$ 17,87	R\$ 1.787,00
70	MARGARINA 0% GORDURA TRANS 500G: Margarina enriquecidos de vitaminas, com sal, apresentação do produto, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares e deverão estar isentos de ranço e de bolores. Embalagem primária com identificação do produto, especificação dos ingredientes, informação nutricional, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade, rotulagem de acordo com a legislação. Validade de no mínimo 6 meses após a data de entrega.	UND	1.000	R\$ 11,54	R\$ 11.540,00
71	MASSA TIPO ESPAGUETE 500G: Massa alimentícia de macarrão tipo espaguete, seca com ovos, tipo longo, contendo sêmola ou farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e corantes naturais urucum e/ou cúrcuma, umidade máxima de 3%, embalagem primária: sacos de polipropileno, termosoldado, pacotes com capacidade de 500g.	PCT	2.500	R\$ 8,86	R\$ 22.150,00
72	MASSA TIPO PADRE NOSSO 500G: Massa alimentícia sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem primária: sacos plásticos atóxicos contendo 500 g. Validade de no mínimo 6 meses após a data de entrega.	PCT	2.000	R\$ 11,87	R\$ 23.740,00
73	MELÃO IN NATURA- Classe fruta, geralmente esférico, ovalado ou alongado, peso médio de 800g a 4 kg, casca, polpa branca, polpa branca, suculenta e macia, casca espessa com nervuras.	KG	80	R\$ 12,60	R\$ 1.008,00
74	MILHO DE PIPOCA 500G- Classe dos cereais, grãos inteiros, sadios e limpos, cor amarela, isento de sujidades, pedras e insetos, embalado em saco plástico transparente de 500g.	PCT	150	R\$ 7,16	R\$ 1.074,00
75	MILHO PARA CANJICA 500GR: Milho para preparo de canjica amarela, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, contendo 500g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade, insentos de sujidades, parasitas, larvas e material estranho, validade mínima de 6 meses, a contar da data de entrega.	UND	800	R\$ 7,08	R\$ 5.664,00
76	MINI SALGADO FRITO 30G - mini salgados tipo coxinha/pasteuzinho/ enroladinho de salsicha/ risolis/ bolinha de queijo/ croquete/ kibe, embalados em sacos plásticos transparentes ou em caixa próprias.	UND	6.000	R\$ 2,33	R\$ 13.980,00
77	MULTICEREAL INFANTIL INSTANTÂNEO 360G- cereal tipo (mucilon) Classe infantil, pré-cozido, alimento processado e enriquecido, feito a base de cereais (como arroz, milho, aveia, cevada, trigo, quinoa), armazenado em saco plástico 360g.	UND	100	R\$ 13,86	R\$ 1.386,00
78	NOZ MOSCADA PCT DE 100G- caroço ovalado ou arredondado, com cerca de 2 a 3 cm de comprimento 1,5 a 2,5 cm de diâmetro, aroma forte e doce, marrom-acinzentado ou marrom-amarelada.	PCT	50	R\$ 20,14	R\$ 1.007,00
79	ÓLEO DE GIRASSOL 900ML: Óleo de girassol em embalagem plástica de 900 ml. Na embalagem do produto deverá constar: identificação do produto e empresa, data de validade e fabricação, peso líquido, composição, informações nutricionais e registro em órgão competente. As embalagens deverão apresentar-se sem nenhum indicio de alteração e com lacres intactos. *Óleo utilizados em escola que possa ter alunos com necessidades nutricionais especiais. O item deverá ter no mínimo prazo de validade de seis meses contados a partir da data de fabricação.	FRASCO	30	R\$ 22,31	R\$ 669,30
80	ÓLEO DE SOJA REFINADO 900ML: Óleo refinado de soja, em frasco plástico de 900ml, transparente de polipropileno, com rótulos do fabricante, com informações nutricionais. Validade de no mínimo 6 meses após a data de entrega.	FRASCO	3.000	R\$ 13,94	R\$ 41.820,00
81	OVO DE CODORNA 30 UND- produto novo, fresco e de primeira qualidade, casca íntegra, sem trincas rachaduras ou manchas, acondicionadas em bandejas próprias p/ ovo de codorna, transparente com capacidade para 30 unidades.	CARTELA	60	R\$ 22,80	R\$ 1.368,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO XINGU
SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EQUIPE DE PLANEJAMENTO - SEMED



82	OVOS BRANCO 30 UND- ovo branco de galinha, sem trincas, rachaduras ou danos na casca, acondicionados em caixas ou bandejas com 30 unidades próprias para ovos.	CARTELA	40	R\$ 33,92	R\$ 1.356,80
83	PÃO FRANCÊS - pão cilíndrico, alongado, pontas arredondadas, com corte superior único (pesta) de 20 a 50mm de abertura, peso de 50-60g crosta cor amarela dourado, fina e crocante, miolo branco ou creme claro, macio elástico, estrutura alveolar uniforme, sabor característico, levemente salgado, sem azedo ou estranho.	KG	1.000	R\$ 20,86	R\$ 20.860,00
84	PÃO MASSA FINA P/ CACHORRO QUENTE - pão tipo cachorro quente, formato cilíndrico, comprimento de 12 a 16cm, peso de 50 a 70g, massa fina, leve e macia, miolo arado, crosta fina e suave, sabor neutro ou levemente, adocicado, sem sabor acentuado, textura macia e elástica, embalagens plástica atóxica ou caixa próprias.	KG	1.500	R\$ 22,79	R\$ 34.185,00
85	PÃO DE FORMA TRADICIONAL FATIADO 480G: pão crosta cor amarela dourado e fina, miolo branco, peso mínimo 480g, sabor neutro ou levemente adocicado, sem sabor acentuado, textura macia e elástica, embalado em saco plástico transparente com fechamento aramado.	UND	200	R\$ 14,20	R\$ 2.840,00
86	PAPRICA DEFUMADA POTE DE 100G- Condimento em pó, possui sabor robusto, obtido a partir da moagem de pimentões vermelhos secos, que passaram por um processo de defumação e um pó fino, homogêneo e sem gomos.	POTE	70	R\$ 10,38	R\$ 726,60
87	PAPRICA PICANTE POTE 100G-Condimento em pó, obtido da moagem de pimentões vermelhos secos com alto teor capsaicina, levemente defumado com um toque ardente e um pó fino e homogêneo, com tonalidade vermelho intenso.	POTE	70	R\$ 12,86	R\$ 900,20
88	PEITO DE FRANGO CONGELADO- carne de ave in natura, sem temperos e conservantes, sem pele, consistência firme e sem manchas nem pegajosa, coloração clara, sem odores, embalagem com rotulo contendo procedência do produto, ingredientes, tabela nutricional, peso data da fabricação e validade e registro no sim cispoa ou sif embalagem primaria plastica flexivel atoxica resistente e transparente.	KG	1.000	R\$ 23,11	R\$ 23.110,00
89	PEPINO IN NATURA TIPO JAPONÊS- Classe Kyuri, verdura, casca verde-escura, lisa e brilhante, podendo ter espinhos brancos, polpa verde-clara e translúcida, pele fina e delicada, crocante, suculenta e firme, sem enrugaduras.	KG	100	R\$ 7,87	R\$ 787,00
90	PERA IN NATURA - Fruta em forma de pera piriforme, fina lisa ou ligeiramente rugosa, com cores variadas, branca ou amarelada, macia, suculenta, doce com leve acidez.	KG	200	R\$ 15,53	R\$ 3.106,00
91	PIMENTA DE CHEIRO IN NATURA-Hortaliças, cilíndrica ou ligeiramente achatada de baixa picância, tamanho variando de 4 a 7 cm de comprimento, verde clara, ao amadurecer torna-se laranja-clara, amarela ou vermelha, fina com interior oco e poucas sementes, firme e crocante quando fresca.	KG	80	R\$ 42,30	R\$ 3.384,00
92	PIMENTA DO REINO MOIDA POTE DE 100G- pó fino e homogêneo de granulometria regular, cinza-escuro ou marrom-preto, aroma picante e penetrante.	POTE	100	R\$ 12,37	R\$ 1.237,00
93	PIMENTÃO AMARELO- Classe Solanaceae, com formato cônico ou quadrado, com 3 ou 4 lobolos, consistente, firme, pele lisa, brilhante, crocante e suculento, sem manchas escuras.	KG	30	R\$ 24,56	R\$ 736,80
94	PIMENTÃO VERDE- Classe Solanaceae, com formato cônico ou quadrado, com 3 ou 4 lobolos, cor variando verde claro ao verde escuro, consistente, firme, pele lisa, brilhante, crocante e suculenta, sem manchas escuras.	KG	50	R\$ 20,46	R\$ 1.023,00
95	PIMENTÃO VERMELHO- Classe Solanaceae, com formato cônico ou quadrado, com 3 ou 4 lobolos, consistente, firme, pele lisa, brilhante, crocante e suculento, sem manchas escuras.	KG	30	R\$ 23,77	R\$ 713,10
96	POLPA DE ACEROLA IN NATURA 1 KG- Líquido homogêneo congelado, sem grumos ou partículas estranhas de consistência pastosa, de cor avermelhada, sem alterações de coloração agridoce e aroma próprio, suave e sem presença de sementes, cascas ou fibras grossas, embaladas em embalagens plásticas transparente.	KG	1200	R\$ 22,32	R\$ 26.784,00
97	POLPA DE CAJÁ IN NATURA 1KG - Líquido homogêneo congelado, sem grumos ou partículas estranhas de consistência pastosa, de cor amarela, sem manchas ou alterações de coloração, agridoce com acidez pronunciada e aroma próprio, suave, sem presença de sementes, cascas ou fibras grossas, embalada em embalagens plásticas transparente.	KG	1.000	R\$ 22,84	R\$ 22.840,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO XINGU
SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EQUIPE DE PLANEJAMENTO - SEMED



98	POLPA DE MARACUJÁ IN NATURA- Provenientes de maracujás maduros e frescos, sem adição de conservantes e açúcares e outros aditivos, massa pastosa de cor amarela, acondicionadas em sacos plásticos de polietileno de baixa densidade, resistentes e atóxicos, com capacidade de um kg.	KG	1.000	R\$ 34,80	R\$ 34.800,00
99	POLVILHO DOCE 1KG: Polvilho doce produto derivado da mandioca, cor branca, não contém glúten, embalagem plástica de 01kg, resistente transparente com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo de 6 meses.	UND	500	R\$ 16,90	R\$ 8.450,00
100	PRESUNTO SUINO - Feito com a perna inteira do suíno, pedaços grandes e textura uniforme, pode ter sal, açúcar e condimentos	KG	300	R\$ 43,38	R\$ 13.014,00
101	QUEIJO PARMESÃO BARRA- queijo tipo parmesão em barra, produto de primeira qualidade, resfriado proveniente de leite bovino, coalho, sal e aditivos permitidos pela legislação vigente sem adição de glúten e resfriado.	KG	700	R\$ 40,53	R\$ 28.371,00
102	QUEIJO TIPO FRESCAL- queijo fresco produzido a partir de leite bovino pasteurizado ou cru, textura macia, alto teor de umidade, cremosa e ligeiramente granulada, suave, levemente salgado e com aroma láctico.	KG	100	R\$ 43,27	R\$ 4.327,00
103	REFRIGERANTE SABOR COLA 2 LITROS 1 LINHA- refrigerante refrigerado sabor cola (tipo coca cola), embalagem plástica pet descartável de 2 litros, embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, com validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega.	UND	2.500	R\$ 13,14	R\$ 32.850,00
104	REFRIGERANTE SABOR COLA ZERO AÇUCAR 2 LITROS 1 LINHA- refrigerante refrigerado sabor cola (tipo coca cola), embalagem plástica pet descartável de 2 litros, embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, com validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega.	UND	300	R\$ 12,19	R\$ 3.657,00
105	REFRIGERANTE SABOR GUARANÁ 2 LITROS 1 LINHA- refrigerante refrigerado sabor guaraná (tipo guaraná antártica), embalagem plástica pet descartável de 2 litros, embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, com validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega.	UND	2.500	12,89	R\$ 32.225,00
106	REPOLHO IN NATURA: Cor Verde, Tamanho médio. Íntegros, sem pontos escuros ou murchos. Frescos e de cor característica.	KG	800	R\$ 9,25	R\$ 7.400,00
107	RUCULA IN NATURA- Hortaliça, folhas dispostas em roseta, com formato recortado ou lobulada, possui um nervo central branco bem marcado, verde-escuro brilhante, carnosa e crocante, com superfície ligeiramente áspera e pelos finos visíveis principalmente na parte inferior.	UND	200	R\$ 9,39	R\$ 1.878,00
108	SAL REFINADO DE 1KG: Sal refinado iodado, embalagem primária própria intacta, constando a identificação do produto, marca, nome e endereço do fabricante, informação nutricional, lote e validade mínima de 60 dias após a data de entrega.	KG	300	R\$ 6,26	R\$ 1.878,00
109	SALGADO ASSADO 50G- salgados tipo esfira/ enroladinho de salsicha / pastel/ enroladinho de queijo/ pão círio, assados em forno sem imersão em óleo, massa macia, crosta fina, embalagens plástica atóxica ou caixa próprias.	UND	5.000	R\$ 3,60	R\$ 18.000,00
110	SALSICHA TIPO HOT DOG- Elaborada com carne de suíno, bovina ou mistura com adição de gordura, condimentos e aditivos. Deve ser de carnes saudáveis e inspecionadas, massa homogênea, sem grumos, manchas ou partes estranhas. Cor rosa claro a avermelhado uniforme. Sem odores, macia e consistente.	KG	200	R\$ 16,64	R\$ 3.328,00
111	SUCO CONCENTRADO 500ML (CAJU): Suco envasado em garrafa de polietileno atóxica resistente transparente, 500 ml, com identificação na embalagem (roulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, data de validade e fabricação. Validade de 12 meses a contar da data de entrega.	UND	200	R\$ 9,88	R\$ 1.976,00
112	SUCO CONCENTRADO 500ML (GOIABA): Suco envasado em garrafa de polietileno atóxica resistente transparente, 500 ml, com identificação na embalagem (roulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, data de validade e fabricação. Validade de 12 meses a contar da data de entrega.	UND	200	R\$ 10,57	R\$ 2.114,00
113	TEMPERO COMPLETO COM PIMENTA 1KG - tempo tipo (arisco), marrom claro ou amarelado, textura pó fino ou granulada homogenea, equilibrado com destaque para o alho e sal, levemente apimentada.	POTE	150	R\$ 17,36	R\$ 2.604,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO XINGU
SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EQUIPE DE PLANEJAMENTO - SEMED



114	TOMATE CEREJA- Classe Solanaceae, vermelho brilhante, pele fina e lisa, polpa suculenta e firme com sementes pequenas no interior sem manchas escuras.	KG	80	R\$ 22,65	R\$ 1.812,00
115	TOMATE COMUM IN NATURA: tamanho médio a grande, de primeira, com grau de maturação médio, sem ferimentos, sem sinais de bolor.	KG	800	R\$ 11,23	R\$ 8.984,00
116	TULIPA DE FRANGO- corte localizado na parte média da asa. Também conhecida como meio da asa, provenientes de aves saudáveis, inspecionadas e abatidas conforme normas sanitárias. Carne firme, úmida sem manchas, hematomas, ossos quebrados, cartilagens excessivas ou resíduos estranhos, cor branca a rosada clara, uniforme, sem odores desagradáveis ou rançosos, não pode estar mole, pegajosa ou com excesso de gordura.	KG	1000	R\$ 27,36	R\$ 27.360,00
117	UVAS PRETAS SEM SEMENTES- Frutas de casca fina, pretas ou roxas escuras, cachos bem formados compactos ou médios, bagos redondos ou ligeiramente redondos. Embalados em sacos plásticos ou embalagens plásticas transparentes, com rótulos.	KG	150	R\$ 23,79	R\$ 3.568,50
118	UVAS VERDES SEM SEMENTES - Frutas de casca fina, verde-clara, cachos bem formados compactos ou médios, bagos redondos ou ligeiramente redondos. Embalados em sacos plásticos ou embalagens plásticas transparentes, com rótulos.	KG	150	R\$ 25,31	R\$ 3.796,50
119	VINAGRE DE ÁLCOOL 750ML: Vinagre de álcool embalagem primária própria intacta, constando a identificação do produto, marca, nome e endereço do fabricante, informação nutricional, lote e validade mínima de 180 dias após a data de entrega.	UND	500	R\$ 8,65	R\$ 4.325,00
TOTAL					R\$ 1.603.813,40

- 1.3.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal N°.1245, de 31 de dezembro de 2023.
- 1.3.2. O presente processo licitatório será realizado por meio de Pregão Eletrônico, com procedimento auxiliar de Registro de Preços, conforme sugerido e explicitado no ETP N°.015/2026 Processo Administrativo n°.2026.07.068, diligenciado pela Lei 14.133/21 especificamente no Art. 82 e 83 Nova Lei de Licitações e Decreto Municipal N°.1245/2023.
- 1.3.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei n° 14.133, de 2021.
- 1.3.4. No ato de prorrogação da ata, os quantitativos também serão renovados nos termos deste, baseado no entendimento de processos já julgados por Tribunais de controle e de Fiscalização deste país.
- 1.3.5. Os itens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. FUNDAMENTAÇÃO E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Preliminarmente, cumpre discorrer brevemente sobre algumas determinações cerca de processos licitatórios, aos termos Constituição Federal (CF 88) e da Lei 14.133/21, aludem que a administração pública obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Todos esses princípios, em consonância com outros princípios, como o da isonomia, possuem a função de nortear a administração pública, para garantir que o interesse público sempre se sobreponha ao interesse particular, e promover igualdade entre os que pretendem contratar com a administração.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO XINGU
SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EQUIPE DE PLANEJAMENTO - SEMED



- 2.2. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir o adequado fornecimento de gêneros alimentícios, lanches, bebidas e itens correlatos destinados ao atendimento das atividades institucionais, pedagógicas, formativas, culturais, esportivas e comemorativas promovidas pela Secretaria Executiva Municipal de Educação – SEMED do Município de São Félix do Xingu/PA, conforme previsto no Documento de Formalização da Demanda – DFD nº 18/2026.
- 2.3. A aquisição pretendida possui respaldo na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no que dispõe o planejamento das contratações públicas voltadas à continuidade dos serviços essenciais e ao atendimento do interesse público, observando os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, razoabilidade e continuidade administrativa.
- 2.4. A necessidade da contratação decorre da realização contínua de capacitações, formações pedagógicas, encontros educacionais, eventos institucionais, ações culturais, atividades esportivas e demais programações desenvolvidas pela rede municipal de ensino, abrangendo tanto a zona urbana quanto a zona rural e polos indígenas do município.
- 2.5. Entre os eventos e ações previstos destacam-se as formações continuadas de professores, coordenadores e gestores escolares, encontros do Programa PRO LLEI, capacitações do Programa Alfabetiza Pará, ações do Departamento de Atenção à Diversidade – DAD, formações voltadas à educação indígena, Jogos Escolares Indígenas, além de eventos comemorativos tradicionais promovidos pela SEMED, como Festa Junina, Festa dos Professores, Cantata de Natal e Desfile de 7 de Setembro.
- 2.6. A contratação mostra-se indispensável considerando a elevada quantidade de participantes previstos nas ações institucionais, envolvendo profissionais da educação, estudantes, equipes de apoio, colaboradores e comunidade escolar em geral, bem como as particularidades logísticas do município, especialmente nas localidades rurais e regiões indígenas, onde há limitação de acesso imediato a estabelecimentos comerciais e alimentação adequada.
- 2.7. Nesse contexto, o fornecimento adequado de alimentação constitui medida essencial para assegurar melhores condições de permanência, acolhimento, participação e desenvolvimento das atividades promovidas pela Administração Pública Municipal, contribuindo diretamente para o êxito das ações educacionais e administrativas executadas pela SEMED.
- 2.8. Ademais, a realização da contratação por meio de registro de preços possibilita maior eficiência administrativa, padronização dos fornecimentos, racionalização dos gastos públicos, melhor controle de consumo e adequada gestão logística das demandas institucionais, evitando contratações fragmentadas e aquisições emergenciais.
- 2.9. Dessa forma, resta plenamente demonstrada a fundamentação e a necessidade da contratação, considerando a relevância das ações educacionais desenvolvidas pelo Município de São Félix do Xingu/PA, a continuidade das atividades institucionais da Secretaria Executiva Municipal de Educação e o interesse público envolvido na adequada execução do calendário anual de eventos e formações da rede municipal de ensino.



Diante do exposto acima, com base na legalidade da Lei Federal nº 14.133/2021, a Secretaria Executiva Municipal de Educação, solicita que seja realizado um processo licitatório, na modalidade, Pregão Eletrônico para Registro de Preços, para atender a sua demanda.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

O processo de licitação será efetuado por meio de Pregão Eletrônico para o Registro de Preços, nos termos do artigo 82, da Lei Federal nº 14.133/2021, a futura contratação poderá ocorrer através de termo contratual de acordo com diretrizes do Poder Executivo Municipal, conforme minuta do edital, podendo os contratos serem alterados nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/21, haja vista o objeto tratar-se de Registro de Preços para futura aquisição fracionada de produtos alimentícios destinados ao atendimento das capacitações, formações, encontros pedagógicos, eventos institucionais, culturais, esportivos e demais atividades promovidas pela Secretaria Executiva Municipal de Educação – SEMED.

A contratação visa garantir fornecimento contínuo e conforme a demanda da SEMED, contemplando produtos perecíveis e não perecíveis, com entregas parceladas de acordo com o cronograma de eventos e necessidades do órgão, abrangendo a zona urbana do município.

A solução adotada proporciona maior eficiência administrativa, economicidade, padronização dos fornecimentos e melhor controle das aquisições, evitando desperdícios, contratações emergenciais e descontinuidade das ações educacionais e institucionais desenvolvidas pela SEMED.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A contratação deverá atender aos requisitos mínimos necessários para garantir o adequado fornecimento dos gêneros alimentícios, lanches, bebidas e itens correlatos destinados às atividades promovidas pela Secretaria Executiva Municipal de Educação – SEMED, observando padrões de qualidade, segurança alimentar, eficiência logística e regularidade legal da futura contratada;
- 4.2. A entrega dos itens objeto desse processo será feita de forma parcelada conforme a necessidade da Secretaria Executiva Municipal de Educação em até 8 dias úteis após a emissão da ordem de compra;
- 4.3. Os produtos fornecidos deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, apresentando adequado estado de conservação, acondicionamento, validade e higiene, conforme normas sanitárias vigentes aplicáveis ao objeto;
- 4.4. Os itens perecíveis e não perecíveis deverão ser entregues em embalagens apropriadas, devidamente lacradas e identificadas com informações obrigatórias, incluindo fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro em órgão competente, quando exigido pela legislação;
- 4.5. Os fornecimentos deverão ocorrer conforme as solicitações emitidas pela Secretaria Executiva Municipal de Educação, por meio de ordens de compra ou requisições, respeitando os quantitativos demandados e os prazos estabelecidos pelo órgão;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO XINGU
SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EQUIPE DE PLANEJAMENTO - SEMED



- 4.6. A futura contratada deverá possuir capacidade operacional e logística compatível com as demandas da SEMED, garantindo o fornecimento parcelado dos produtos conforme cronograma, requisições e locais indicados pela SEMED, abrangendo atendimentos em toda zona urbana municipal;
- 4.7. A empresa contratada deverá manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista, jurídica e qualificação técnica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 4.8. A contratada deverá cumprir fielmente todas as cláusulas contratuais;
- 4.9. A contratada deverá observar, no que couber, critérios de sustentabilidade ambiental, boas práticas de armazenamento, transporte e manipulação dos alimentos, garantindo segurança, qualidade e adequação dos produtos destinados ao consumo durante os eventos e atividades institucionais;
- 4.10. O contrato terá vigência máxima de 12 meses e deve seguir o ano calendário orçamentário do órgão, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.11. O prazo de validade dos alimentos não perecíveis não poderá ser inferior a 6 (seis) meses, a contar da data de sua entrega.

5. DA EXECUÇÃO

- 5.1. A CONTRATADA se compromete a fornecer gêneros alimentícios de forma eficiente, segura e pontual em transporte adequado, de acordo com os termos estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato subsequente;
- 5.2. A CONTRATADA deverá entregar os alimentos conforme descrição neste instrumento e proposta emitida no ato do processo licitatório, conforme exigências estabelecidas no edital e agências fiscalizadoras;
- 5.3. Os materiais serão entregues no prédio da SEMED, localizado na avenida coronel Tancredo, nº486-bairro triunfo, ou local indicado pelo órgão no perímetro urbano em horário comercial de segunda a sábado, conforme solicitação emitida;
- 5.4. Responsabilizar-se por todo o ônus referente a troca de itens que não esteja dentro dos padrões de qualidade;
- 5.5. Responsabilizar-se pela imediata troca dos itens, ocasionalmente com má qualidade ou com qualidade que não atenda as exigências deste termo, efetuando sua troca imediata a partir de seu conhecimento e através de solicitação do fiscal e equipe fiscalizadora;
- 5.6. A CONTRATADA deve fornecer um canal de comunicação eficiente e acessível para a Secretaria Executiva Municipal de Educação, a fim de relatar quaisquer problemas, solicitar informações ou esclarecer dúvidas relacionadas ao contrato;
- 5.7. A CONTRATADA submeter-se a fiscalização da CONTRATANTE durante toda validade contratual, reparando e corrigindo os problemas identificados em prazo que não comprometa na entrega dos alimentos;
- 5.8. Comunicar ao fiscal da CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter de urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO XINGU
SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EQUIPE DE PLANEJAMENTO - SEMED



6. GARANTIA DE CONTRATAÇÃO

Não se aplica

7. SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual

8. CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 8.1. Os materiais objeto desse processo deverão ter em suas embalagens registro de qualidade emitido por órgão competente;
- 8.2. O transporte dos materiais deverá seguir as normas de segurança e exigências legais;
- 8.3. O recebimento dos materiais deverá ser efetuado por servidor designado para esse fim, representando o FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;
- 8.4. O contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado pelo FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;
- 8.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado deverão ser solicitadas ao Ordenador de Despesas do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- 8.6. Efetuar a entrega dos materiais, objeto da Autorização de Fornecimento, de acordo com a necessidade e o interesse do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no prazo de 8 (oito) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pelo do Departamento de Compras;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Rejeitar qualquer item que esteja em desacordo com as normas pré-estipuladas;
- 9.2. Fiscalizar todas as etapas de contratação através de representante nomeado para o mesmo;
- 9.3. Efetuar o pagamento das Notas Fiscais no prazo estabelecido neste documento;
- 9.4. Zelar pelo fiel cumprimento das normas e condições estabelecidas nestes termos para manter o equilíbrio inicial do contrato;
- 9.5. Efetuar os pagamentos para CONTRATADA apenas se a mesma estiver com suas obrigações fiscais regulares;
- 9.6. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE para a entrega dos materiais;
- 9.7. Impedir que terceiros forneçam os produtos objeto deste Termo;
- 9.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- 9.9. Solicitar a troca dos itens a qualquer momento, quando não apresentarem condições de uso, mediante comunicação a ser feita pela autoridade competente;
- 9.10. Comunicar à CONTRATADA, qualquer irregularidade no fornecimento e interromper imediatamente ou a qualquer momento o fornecimento, se for o caso.



10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Arcar com todas as despesas, diretas, ou indiretas, entregas, impostos, taxas, encargos, royalties, decorrentes do fornecimento dos produtos, sem qualquer ônus para o fundo Municipal de Educação.
- 10.2. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como:
 - 10.2.1. Salários;
 - 10.2.2. Seguros de acidentes;
 - 10.2.3. Taxas, impostos e contribuições;
 - 10.2.4. Indenizações;
 - 10.2.5. Vale-refeição;
 - 10.2.6. Vales-transportes; e
 - 10.2.7. Outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
- 10.3. Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;
- 10.4. Manter, ainda, os seus empregados identificados por crachá e/ou uniformes, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
- 10.5. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do CONTRATANTE;
- 10.6. Responder pelos danos causados diretamente à Administração do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do produto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;
- 10.7. Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do serviço;
- 10.8. Efetuar a entrega do produto objeto da Autorização de Fornecimento, de acordo com a necessidade e o interesse do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, em até 8 (oito) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pelo do Departamento de Compras;
- 10.9. Efetuar a troca dos produtos considerados sem condições de consumo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento da comunicação expedida pelo Departamento de Compras;
- 10.10. Comunicar ao Departamento de Compras do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;



10.11. Obrigação de manterem-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E VIGENCIA DA ATA

11.1. A presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, em razão da necessidade de fornecimento parcelado de gêneros alimentícios, lanches, bebidas e itens correlatos, conforme demanda da Secretaria Executiva Municipal de Educação – SEMED. A adoção do SRP proporciona maior eficiência administrativa, economicidade, flexibilidade nas aquisições e melhor controle dos quantitativos consumidos, evitando desperdícios e contratações emergenciais, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021;

11.2. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à aquisição futura de itens, onde as empresas disponibilizam bens e serviços a preços e prazos certos e registrados em documento específico denominado ata de registro de preços. Neste sistema, as aquisições são feitas quando melhor convier aos órgãos que integram a ata, sem, no entanto, estarem necessariamente obrigados a contratar com os fornecedores vencedores do certame;

11.3. Nesta licitação, será firmada uma Ata de Registro de Preços, que é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde os fornecedores manterão seus preços registrados, durante o período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, tornando-os disponíveis, caso necessite o órgão gerenciador efetuará contratações nas quantidades julgadas necessárias e aos mesmos preços registrados no certame;

11.4. A ata de registro de preços terá a validade inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, observadas as regras estipuladas em regulamento;

11.5. No caso de prorrogação da ata, os quantitativos também serão renovados nos termos deste, baseado no entendimento de processos já julgados por Tribunais de controle e de Fiscalização deste país.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

12.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

12.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;



12.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13. DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

13.1. Gestor:

- 13.1.1. Secretaria Executiva Municipal de Educação - SEMED de São Félix do Xingu – PA, designará em tempo oportuno o Gestor de Contrato Glailson Vieira Araújo, para executar as atividades a ele designado.
- 13.1.2. O gestor do contrato Glailson Vieira Araújo coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Federal nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 13.1.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Federal nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 13.1.4. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Federal nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 13.1.5. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Federal nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 13.1.6. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Federal nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 13.1.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Federal nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO XINGU
SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EQUIPE DE PLANEJAMENTO - SEMED



13.1.8. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

13.2. Fiscal:

13.2.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela servidora **Katiacilene de Sousa** ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

13.2.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Federal nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

13.2.3. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Federal nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

13.2.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Federal nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

13.2.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Federal nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

13.2.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Federal nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

13.2.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto Federal nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV):

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida pelo contrato;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO XINGU
SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EQUIPE DE PLANEJAMENTO - SEMED



motivo justificado;

- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- 10.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- 10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a VII acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- 10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XI, bem como nas descritas nos demais incisos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei)
- 10.2.4. Multa: Compensatória, para as infrações descritas nos incisos VIII a XI acima, de 0,5% a 30% do valor do contrato.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

11.1. Recebimento

- 11.1.1. Os itens serão recebidos pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 11.1.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízos a contratante.
- 11.1.3. Em caso de rejeição do objeto a contratada terá 5 (cinco) dias para troca, podendo ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



11.2. Liquidação

- 11.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 11.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 11.2.3.1. A garantia;
 - 11.2.3.2. A data da emissão;
 - 11.2.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 11.2.3.4. O período respectivo de execução do contrato;
 - 11.2.3.5. O valor a pagar; e
 - 11.2.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 11.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 11.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo órgão; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 11.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 11.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



11.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.3. Prazo de pagamento

11.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

11.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

11.4. Forma de pagamento

11.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE EXECUÇÃO

12.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

12.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de disputa de menor preço na modalidade pregão eletrônico, pelo modo de disputa ABERTO.

12.2. Forma de execução

12.2.1. A execução do objeto será parcelada, conforme necessidade da SEMED, dentro do período de programação e calendário de eventos.



12.3. Exigências de habilitação

12.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

12.4. Habilitação jurídica

- 12.4.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 12.4.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 12.4.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 12.4.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 12.4.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 12.4.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 12.4.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 12.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 12.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº



1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 12.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 12.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 12.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 12.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.6. Qualificação Econômico-Financeira

- 12.6.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 12.6.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 12.6.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou superior a 1 (um);
- 12.6.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 12.6.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 12.6.6. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC). O atendimento dos índices econômicos previstos neste item, estarão habilitadas as empresas que apresentar a comprovação de patrimônio líquido ou capital social de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados, na forma da lei.
- 12.6.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

12.7. Qualificação Técnica

- 12.7.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO XINGU
SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EQUIPE DE PLANEJAMENTO - SEMED



peessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

- 12.7.2. fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 13.1 O custo estimado total para a aquisição é de R\$. 1. 603.813,40(um milhão, seiscentos e três mil, oitocentos e treze reais e quarenta centavos), conforme especificado na tabela supracitada;
- 13.2 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023);
- 13.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 13.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou
- 13.2.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

14 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 14.1 Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato ocorrerão por conta dos recursos consignados a respectiva unidade, pela classificação orçamentária, conforme despacho do setor competente e à época da efetiva contratação.

São Félix do Xingu/PA, 02 de junho de 2026.

DANILLA FERNANDA DA SILVA
Presidente da Equipe de Planejamento
Portaria: 538/2025



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU
SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



OFICIO Nº122/2026/GLC/SEMED

São Félix do Xingu, 02 de junho de 2026.

A Sra.
JAQUELINE DE OLIVEIRA SILVA
Secretaria Executiva Municipal de Educação

Assunto: pedido de aprovação do Termo de Referência – TR.

Encaminho para aprovação o Termo de Referência, encaminhado pela Setor de Planejamento, datado de 02/06/2026, o qual contém o planejamento da Contratação.

Caso aprove, SOLICITO a emissão da Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira e encaminhe os autos do processo AQUISIÇÃO PARCELADA GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, LANCHES, BEBIDAS E ITENS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS CAPACITAÇÕES, FORMAÇÕES CONTINUADAS, ENCONTROS PEDAGÓGICOS, EVENTOS INSTITUCIONAIS, CULTURAIS, COMEMORATIVOS E DEMAIS ATIVIDADES PROMOVIDAS PELA SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO XINGU/PA, para o Departamento de licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu.

Atenciosamente,

JUCI MERES ALVES DE ABREU
Gerente de Licitação - SEMED
Decreto nº168/2025



APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Diante da necessidade de REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, LANCHES, BEBIDAS E ITENS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS CAPACITAÇÕES, FORMAÇÕES CONTINUADAS, ENCONTROS PEDAGÓGICOS, EVENTOS INSTITUCIONAIS, CULTURAIS, COMEMORATIVOS E DEMAIS ATIVIDADES PROMOVIDAS PELA SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO XINGU/PA. **APROVO** o presente TERMO DE REFERÊNCIA e **AUTORIZO** o processo licitatório com base na Lei Federal nº.14.133/21, para a contratação solicitada.

Encaminhem-se os autos ao Departamento de licitação da Prefeitura Municipal, para as providencias necessárias e formalização do processo na modalidade Registro de Preço.

São Félix do Xingu, 02 de junho de 2026.


JAQUELINE DE OLIVEIRA SILVA
Secretaria Executiva Municipal de Educação
Decreto nº05/2025



Estado do Pará

Governo Municipal de São Félix do Xingu

ANEXO I

Pag.: 1

Código	Descrição	Qtd	Unidade
200452	ABACAXI IN NATURA TAM. MÉDIO ** <i>Cilindrico ou ligeiramente cônico, diâmetro 12-16 cm, comprimento 20 - 25 cm, escamas grandes, cor verde-clara, amarelo-dourado quando maduro, textura firme sem espinhos nas escamas, polpa amarela-clara succulenta doce com leve acidez, aroma forte sem sementes.</i>	500,0000	UNIDADE
200453	ABOBORA IN NATURA TIPO CABUTIÁ ** <i>Classe leguminosa, tamanho médio de 1,5 a 3 kg, casca verde-escuro, dura, rogosa e resistente com textura rugosa e nervura visíveis, polpa densa, firme e cremosa.</i>	80,0000	QUILO
200454	ACELGA IN NATURA ** <i>Classe verdura, pecíolos e nervuras de cor branca, folhas verdes, variedades com folhas tenras e talos finos próprias para saladas, sem manchas escuras.</i>	80,0000	QUILO
200457	ÁGUA MINERAL 500ML 1X12 ** <i>água mineral sem gás, natural ou refrigerada, garrafa pet 500 ML, embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, embalagem secundária plástico com 12 und, validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega.</i>	500,0000	FARDO
200458	ALFACE IN NATURA ** <i>Hortaliça, folhas de textura vaiadas, sabor suave e alto teor de água, folhas limpas brilhantes e firmes e sem murchas. Devem estar livres de danos mecânicos, pragas, doenças, manchas escuras, áreas amareladas ou resíduos de terras e defensivos agrícolas.</i>	800,0000	UNIDADE
200459	ALHO IN NATURA **** <i>alho tipo comum, em bulbos íntegros e graúdos, sem brotos e machucados, coloração rocha ou branca, isento de terra, sujidades e corpos estranhos.</i>	1.500,0000	QUILO
200460	ALHO PORÓ IN NATURA ** <i>Hortaliça, talo cilíndrico alongado, composto por bainhas de folhas sobrepostas, caule subterrâneo, tenro, succulento e comestível, medindo de 10 a 15 cm de comprimento, folhas longas, plana, largas e resistentes, de cor verde-escura, livre de terra, resíduos de adubos, pedras e outras impurezas, talos firmes sem rachaduras, cortes ou partes murchas, folhas verdes devem estar bem firmes e não amareladas.</i>	50,0000	QUILO
200461	AMIDO DE MILHO 500 G(TIPO MAISENA)** <i>Produto obtido da moagem úmida do milho, composto essencialmente por amido, sem aditivos ou conservantes alimentares não perecíveis, grupados amidos e féculas, sem glúten. Pó muito fino homogêneo, sem grumos, livre de impurezas ou corpos estranhos. cor branca brilhante uniforme, inodoro, sem cheiros estranhos ou rançosos.</i>	200,0000	UNIDADE
200462	ARROZ BRANCO TIPO 1 5KG *** <i>Beneficiado, polido, classe longo fino. Embalagem primária plástica, transparente, 5 kg. Com data de fabricação e validade de no mínimo 6 meses após a data de entrega.</i>	500,0000	PACOTE
200463	ASINHA DE FRANGO ** <i>É o corte completo da asa do frango, provenientes de aves saudáveis sem adição de tempero, inspecionadas e abatidas conforme normas sanitárias, carne firme, úmida sem manchas escuras hematoma, ossos quebrados, cartilagens excessivas ou resíduos estranhos, cor branca a rosada clara e uniforme.</i>	1.000,0000	QUILO
200464	AVEIA EM FLOCOS FINOS 200G ***	200,0000	UNIDADE



Estado do Pará

Governo Municipal de São Félix do Xingu

ANEXO I

Pag.: 2

Código	Descrição	Qtd	Unidade
	<i>Aveia em flocos finos. Embalagem plástica contendo 200 g do produto. Data de fabricação: o produto deve ter sido fabricado no Máximo antes de 30 dias da data de entrega. Prazo de validade: mínimo 6 meses.</i>		
200465	BACON SUINO DE DEFUMADO ** <i>Composto por camadas alternadas de carnes magras e gordura geralmente cortadas em fatias finas ou peças inteiras, carne de cor rosa avermelha escura, aroma forte, defumado, com sabor salgado, com notas de fumaça.</i>	100,0000	QUILO
200466	BATATA DOCE IN NATURA ** <i>Classe Leguminosa, avermelhada ou roxa, com textura fina e lisa ou ligeiramente rugosa, textura firme e consistente, sem sinais de amolecimento ou murcha.</i>	60,0000	QUILO
200467	BATATA IN NATURA **** <i>tipo inglesa, classe legume, Tamanho médio. Não esverdeadas, sem brotos, sem rachaduras ou pontos escuros.</i>	800,0000	QUILO
200468	BETERRABA IN NATURA **** <i>Classe legume, Tamanho médio, firmes, não murchas, cor vermelho intenso, sem rachaduras nem sinais de brotação</i>	200,0000	QUILO
200469	BISCOITO DOCE ROSQUINHA 400G *** <i>Tipo Maria ou similar. Ingredientes obrigatórios: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (Vitamina B9) açúcar, gordura vegetal, amido de milho, açúcar invertido, cacau em pó, soro de leite em pó e sal. Corante natural de caramelo. Em embalagem plástica de 400g. Validade de no mínimo 6 meses da data de entrega.</i>	1.000,0000	PACOTE
200470	BOLACHA AGUA E SAL 370g ** <i>tipo cream cracker ou similar, 0% gorduras trans. ingredientes obrigatórios, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, açúcar invertido, sal e fermentos químicos. embalagens plástica de 370 g. validade de no mínimo 6 meses da data de entrega.</i>	1.000,0000	PACOTE
200472	CALDO DE CARNE TABLETE ** <i>Produto alimentício desidratado, sólido, compacto em formato de cubo/tablete obtido pela mistura que confere ingredientes, sabor, aroma e característica de caldo de carne bovina. Pode ter traços de soja, glútem, leite, peixe, declarado em rótulo, embalagem com 12 tabletes.</i>	250,0000	UNIDADE
200473	CALDO DE GALINHA TABLETE ** <i>Produto alimentício desidratado, sólido, compacto em formato de cubo/tablete pela mistura que confere ingredientes, sabor, aroma e característica de caldo de galinha. Pode ter traços de soja, glútem, leite, peixe, declarado em rótulo, embalagem com 12 tabletes.</i>	300,0000	UNIDADE
200474	CANELA EM CASCA 200G ** <i>pedaços de casca enrolado em formato de tubo ou pau, embalados em embalagens plásticas de 200 g com validade de 12 a 24 meses, cor marrom- envermelhada.</i>	1.000,0000	PACOTE
200475	CARNE BOVINA CORTE TIPO MOIDA *** <i>carne bovina in natura, magra, tipo acém, sem osso, resfriada. Complemento: insenta de temperos e conservantes, aspecto próprio, não amolecido e nem pegajosa, cor própria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitas e larvas máximo 10% de gordura.</i>	4.000,0000	QUILO
200476	CARNE BOVINA CORTE TIPO PEDAÇO *** <i>carne bovina in natura, magra, tipo acém, sem osso, resfriada. Complemento: insenta de temperos e conservantes, aspecto próprio, não amolecido e nem pegajosa, cor própria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitas e larvas , máximo 10% de gordura.</i>	5.000,0000	QUILO



Estado do Pará

Governo Municipal de São Félix do Xingu

ANEXO I

Pag.: 3

Código	Descrição	Qtd	Unidade
200477	CARNE DE CHARQUE BOVINA 500G **** <i>curada e seca. embalagem primária, a vácuo, em polietileno atóxico transparente com 500g.</i>	300,0000	PACOTE
200478	CEBOLA DE CABEÇA IN NATURA **** <i>Branca, Unidades íntegras, frescas e limpas. Sem perfurações e áreas murchas ou com fungos.</i>	800,0000	QUILO
200479	CENOURA IN NATURA **** <i>Classe legume, Fresca e íntegras, com cor característica da espécie. Sem áreas escuras e sem perfurações.</i>	600,0000	QUILO
200480	CHÁ PRETO 10 SACHES DE 16G ** <i>Folhas inteiras, parcialmente quebradas ou em pó, folhas secas geralmente de cor preta ou marrom-escuro, com textura firme e ligeiramente enrugada. Quando em pó fino e homogêneo.</i>	30,0000	CAIXA
200481	CHEIRO VERDE IN NATURA (CEBOLINHA E COENTRO)150 A 200G ** <i>Ervas aromáticas, intenso, fresco, com notas frescas levemente picantes e terrosas, folhas tenras e macias, com talos macios mas não fibrosos, verde vibrante, deve apresentar folhas firmes com corvivas e sem sinais de murchas ou amarelamento. Embalado em sacos plásticos transparentes e higienizados, que permitam a visualização do produto</i>	1.000,0000	MAÇOS
200482	CHIMICHURRI 100G ** <i>Ervas frescas, salsinha de folhas lisas, oregano, tomilho louro, pimentão vermelho e tomates secos.</i>	50,0000	POTE
200483	CHUCHU IN NATURA ** <i>Fruto com formato ovalado ou piriforme com casca geralmente lisa ou levemente rugosa podendo apresentar espeinhos dependendo da variedade, varia do verde claro ao verde escuro.</i>	80,0000	QUILO
200484	COXINHA DA ASA ** <i>É o corte obtido da primeira junta da asa do frango, entre o úmero e o rádio-ulna com formato arredondado e curto semelhante a uma pequena coxa, proveniente de aves saudáveis, inspecionadas e abatidas conforme normas sanitárias. Carne firme úmida, sem manchas escuras, hematomas ossos quebrados, cartilagens excessivas ou resíduos estranhos, cor branca a rosada clara e uniforme.</i>	1.000,0000	QUILO
200451	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO 400G *** <i>Açúcar, Cacau, Extrato de Malte, Sal, Soro de Leite em Pó, Leite Desnatado em Pó, Vitaminas (C, B3, B2, B6, B1, A e D), Estabilizante Lecitina de Soja e Aromatizantes. Embalagem primária: saco plástico atóxico contendo 400G. Validade mínima 6 meses após a data de entrega.</i>	1.500,0000	PACOTE
200455	AÇÚCAR CRISTALIZADO 2KG ** <i>Açúcar tipo Cristal, refinado, cor branca, sacarose de cana de açúcar. Embalagem primária plástica, de 2 kg, contendo data de fabricação e validade de no mínimo 1 ano após a data de entrega.</i>	3.000,0000	PACOTE
200456	ADOÇANTE LÍQUIDO 80ML *** <i>adoçante dietético líquido-100% stevia. Ingrediente: água, edulcorantes naturais glicosídicos de Steviol, acidificante: ácido cítrico. Sem aspartame, sem ciclamato, sem sacarina,, sem acesulfame-k. Unidades de 80 ml. Prazo de validade 2 anos apartir da data de entrega.</i>	20,0000	UNIDADE
200471	CAFÉ EM PÓ 500G ** <i>café torra média e moído, linha tradicional tipo (Marata), espécie Conilon ou Arábica. Envelope a vácuo, material resistente, embalagem de 500g.</i>	3.000,0000	UNIDADE
200486	COSTELA DE PORCO **	500,0000	QUILO



Estado do Pará

Governo Municipal de São Félix do Xingu

ANEXO I

Pag.: 4

Código	Descrição	Qtd	Unidade
	<i>Corte suíno retirado da região torácica inferior/ventral, entre o lombo e a barriga, composto por ossos curtose finos, carnemacia e camada uniforme de gordura, peças inteiras ou cortada em ripas/quadrados, ossos alinhados, carne bem distribuídas, rosa-claro a avermelhado brilhante, sem manchas escuras, esverdeadas ou hematomas.</i>		
200487	COUVE MANTEGA IN NATURA ** <i>Hortalíça, caracterizadas por folhas grandes, espessas e de cor verde intensa com sabor marcante e firme. Folhas limpas, brilhantes e sem murchas. Devem estar livres de danos mecânicos, praga, doenças manchas, áreas amareladas ou resíduos de terra ou defensivos agrícolas.</i>	500,0000	UNIDADE
200488	COXA E SOBRECOXA DESOSSADA ** <i>É o corte obtido da região posterior da ulmero, formado pela junção da coxa e sobrecoxa com remoção total dos ossos, carne firme, úmida, sem manchas escuras, hematomas, cartilagens, resíduos de ossos ou excesso de gordura. Cor branca a rosada clara, não pode estar mole ou pegajosa.</i>	900,0000	QUILO
200489	CRAVINHO POTE COM 100G ** <i>É constituído por botões flores secos, com formato que lembra um prego, marrom-escuro ou preto, odor forte e aromático.</i>	50,0000	POTE
200490	CREME DE CEBOLA EM PÓ C/ 100G ** <i>Cremosa e homogenia, farinha de trigo, cebola desidratada moída, alho em pó, curcuma salsa desidratada, cebolinha desidratada e ervas e especiarias naturais.</i>	60,0000	PACOTE
200491	CREME DE LEITE 200G ** <i>linha tradicional, 17% de gordura, caixinha Tetra Pak, resistente, hermetica e que garanta conservação do produto em temperatura ambiente.</i>	350,0000	UNIDADE
200492	EXTRATO DE TOMATE 340G *** <i>Extrato alimentício, ingrediente básico tomate, conservação isenta de fermentação, feito com tomates maduros, selecionados, sem pele e sem sementes, embalagem primária com 340g. Validade de no mínimo 1 ano após a data de entrega.</i>	300,0000	UNIDADE
200493	FARINHA DE MILHO FLOCADA 500G *** <i>Farinha de milho tipo flocão, flocos amarelos e grandes, sem sal, embalagem de 500 g, validade mínima de 8 meses.</i>	3.000,0000	PACOTE
200494	FARINHA DE TRIGO 1 KG SEM FERMENTO *** <i>Farinha de trigo Tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem primária, pacote com 01 kg. Validade mínima de 6 meses após a data de entrega.</i>	1.000,0000	PACOTE
200495	FEIJÃO CLASSE CARIOCA 1KG *** <i>Feijão Carioca tipo 1, safra de no máximo 12 meses, Sem caruncho e presença de grãos mofados, pedras e outras sujidades. Em embalagem plástica de 1 kg. Validade de no mínimo 6 meses da data de entrega.</i>	2.000,0000	QUILO
200496	FEIJÃO PRETO ** <i>Leguminosa, minimamente processado, grãos secos inteiros, cor preta, mínimo de 95% de pureza da variedade, uniforme sem manchas, descoloração ou pontos claros, casca lisa, brilhante ou fosca, fina e resiste, embalados em embalagens plásticas de 1 kg, transparente.</i>	200,0000	QUILO
200497	FERMENTO BIOLOGICO 125G *** <i>Fermento para pão. Embalagem 125 g. com data de fabricação e validade de no mínimo 6 meses.</i>	200,0000	UNIDADE
200498	FERMENTO QUIMICO 100G **	320,0000	UNIDADE



Estado do Pará

Governo Municipal de São Félix do Xingu

ANEXO I

Pag.: 5

Código	Descrição	Qtd	Unidade
	<i>tipo em pó comosto de fosfato de sódio, bicarbonato de sódio e fosfato de mono-calcio embalagem 100 g</i>		
200499	FILÉ DE FRANGO ** <i>É o corte do músculo peitoral do frango, desossado e sem pele , apresentando formato e alongado, cor branca a rosa clara, uniforme, sem odores desagradáveis ou estranhos, firme e consistente, não pode estar mole ou pegajosa.</i>	500,0000	QUILO
200500	FRANGO INTEIRO CONGELADO *** <i>carne de ave in natura, sem temperos e conservantes, sem miudos , com pele complemento: firme e sem manchas , coloração clara , aderente e sem odores, embalagem primaria intacta em polietileno.</i>	8.000,0000	QUILO
200501	FUMAÇA EM PÓ 50G ** <i>Intenso e característico de defumado, com notas de madeira tostada, pó fino e homogêneo, sal, farinha de milho, corantes (como carvão vegetal ou caramelo) e ácido cítrico.</i>	80,0000	PACOTE
200502	GELO TRITURADO 10KG ** <i>gelo triturado, picado, granulado, água potável ou mineral congelada a 0° C ou inferior, transparente, sem corantes, sólida cristalina, livre de impurezas, embalado em saco plástico resistente transparente atóxico lacrado.</i>	1.000,0000	UNIDADE
200503	GENGIBRE IN NATURA *** <i>Rizoma subterrâneo, formato irregular dedo de sores ramificações casca fina de cor marrom-clara, com textura ligeiramente áspera e sulcos visíveis, polpa firme e crocante.</i>	100,0000	QUILO
200504	LARANJA IN NATURA **** <i>Classe fruta, Fresca, grau médio de amadurecimento, tamanho médio, casca lisa, sem machucados e fungos.</i>	1.000,0000	QUILO
200505	LEITE CONDENSADO 395G *** <i>caixinha Tetra Pak ou similar, resistente, hermetica, leite semidesnatado, produto de primeira qualidade.</i>	300,0000	UNIDADE
200506	LEITE EM PÓ DESNATADO, 400G *** <i>leite em pó desnatado, não adocicado, embalados em sacos aluminizados de 400G . Na embalagem o produto deverá estar especificados os seguintes itens: identificação do produto e empresa, data de fabricação e validade, peso líquido, ingredientes, modo de preparo, valor nutricional e registro no SIF. Validade mínima de 6 mês a contar da data de entrega.</i>	250,0000	UNIDADE
200507	LEITE EM PÓ INTEGRAL 200G *** <i>Leite em pó embalagem primária própria intacta, constando a identificação do produto, marca, nome e endereço do fabricante, modo de preparo, informação nutricional, lote e validade mínima de 90 dias após a data de entrega, Armazenado em pacote plástico 200g.</i>	300,0000	PACOTE
200508	LEITE EM PÓ ZERO LACTOSE 400G *** <i>Leite em pó instantâneo para dietas com restrição de lactose, isenta de lactose, carboidratos 100% maltodextrina, com soro de leite e caseína como fonte protéica com DHA e ARA, enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros. Oligoelementos. Embalagem com 400g e deverá constar: identificação do produto e empresa, data de fabricação e validade, peso líquido, ingredientes e valor nutricional. O item deverá ter o prazo mínimo de validade de 6 meses contados apartir da data de entrega.</i>	100,0000	UNIDADE
200509	LEITE FLUIDO TIPO C 1L *** <i>resfriado, pasteurizado, pacote de 1L, envazado em embalagem de polietileno, contendo data de fabricação e prazo de validade de no minimo 6 dias.</i>	4.000,0000	LITRO



Estado do Pará

Governo Municipal de São Félix do Xingu

ANEXO I

Pag.: 6

Código	Descrição	Qtd	Unidade
200510	LEMON PEPPER 100G ** <i>condimento com granulos visíveis de pimenta e raspas de limão desidratadas, pó fino amédio, , tonalidade amarela clara a marrom claro.</i>	70,0000	POTE
200511	LIMÃO IN NATURA TIPO TAITI ** <i>Oval ou redondo, casca lisa brilhante, cor verde-claro a verde-escuro, firme, polpa verde-amarelada, muito suculenta, ácida intensa, aroma forte, poucas ou nenhuma sementes., colhido totalmente desenvolvido, cor verde uniforme não amadurece depois de colhido.</i>	200,0000	QUILO
200512	LINGUIÇA CALABRESA ** <i>Formato de rolos ou elos com diâmetro médio e comprimento variável, firme e consistente, com granulometria média da carne, aroma marcantes, com destaque para o sabor picante, defumado e temperos como alho, pimenta e oregano.</i>	80,0000	QUILO
200513	MAÇÃ IN NATURA TIPO FUJI *** <i>Maçã nacional, classe fruta, tipo fuji, Fresca, grau médio de amadurecimento, tamanho médio, casca lisa, sem machucados e fungos.</i>	200,0000	QUILO
200514	MAIONESE SEM GLÚTEN 500G ** <i>molho frio cremoso (tipo hellmanns), textura lisa, homogenia, cremosa e consistente, sem grumos ou separação de fases, potes plástico transparente de 500g.</i>	300,0000	UNIDADE
200515	MELANCIA IN NATURA ** <i>Classe Magnoliopsida, redonda, ovalada ou alongada, verde claro ou escuro com ou sem listras, polpa vermelha, com ou sem sementes.</i>	200,0000	QUILO
200516	MAMÃO IN NATURA ** <i>Classe fruta, formato alongado, ovalado, casca lisa e fina, polpa macia, suculenta e doce, coloração que vai do amarelo claro ao alaranjado.</i>	70,0000	QUILO
200517	MANDIOCA MANSA ** <i>Minimamente processada, cortada, embalada a vácuo, em embalagem plástica transparente, com identificação do produto, data de colheita, validade e peso.</i>	1.200,0000	QUILO
200518	MANGA IN NATURA TIPO ROSA ** <i>Fruta tropical, pode ser redonda, oval ou alongada, com peso que varia de 250g a 800g, casca fina lisa e brilhante, quando madura as cores variam em verde, amarelo, laranja, vermelho, polpa amarela, suculenta, cremosa e doce.</i>	100,0000	QUILO
200519	MARACUJÁ AMARELO ** <i>fruto azedo redondo ou ovalado, diâmetro 8-12 cm, casca lisa, brilhante, cor amarela intensa quando maduro, firme enrruga quando muito maduro. Poupa amarela-alaranjada, gelatinosa, suculenta, aroma forte característico, sabor ácido-azedo.</i>	100,0000	QUILO
200520	MARGARINA 0% GORDURA TRANS 500G **	1.000,0000	UNIDADE



Estado do Pará

Governo Municipal de São Félix do Xingu

ANEXO I

Pag.: 7

Código	Descrição	Qtd	Unidade
	<i>Margarina enriquecidos de vitaminas, com sal, apresentação do produto, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares e deverão estar isentos de ranço e de bolores. Embalagem primária com identificação do produto, especificação dos ingredientes, informação nutricional, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade, rotulagem de acordo com a legislação. Validade de no mínimo 6 meses após a data de entrega.</i>		
200521	MASSA TIPO ESPAGUETE 500G *** <i>Massa alimentícia de macarrão tipo espaguete, seca com ovos, tipo longo, contendo sêmola ou farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e corantes naturais urucum e/ou cúrcuma, umidade máxima de 3%, embalagem primária: sacos de polipropileno, termossoldado, pacotes com capacidade de 500g.</i>	2.500,0000	PACOTE
200522	MASSA TIPO PADRE NOSSO 500G *** <i>Massa alimentícia sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem primária: sacos plásticos atóxicos contendo 500 g. Validade de no mínimo 6 meses após a data de entrega.</i>	2.000,0000	PACOTE
200523	MELÃO IN NATURA ** <i>Classe fruta, geralmente esférico, ovalado ou alongado, peso médio de 800g a 4 kg, casca, polpa branca, polpa branca, suculenta e macia, casca espessa com nervuras.</i>	80,0000	QUILO
200524	MILHO DE PIPOCA 500G ** <i>Classe dos cereais, grãos inteiros, sadios e limpos, cor amarela, Isento de sujidades, pedras e insetos, embalado em saco plástico transparente de 500g.</i>	150,0000	PACOTE
200525	MILHO PARA CANJICA 500GR ** <i>Milho para preparo de canjica amarela, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, contendo 500g, com edentificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade, insentos de sujidades, parasitas, larvas e material estranho, validade minima de 6 meses, a contar da data de entrega.</i>	800,0000	UNIDADE
200526	MINI SALGADO FRITO 30G ** <i>mini salgados tipo coxinha/pasteuzinho/ enroladinho de salsicha/ risolis/ bolinha de queijo/ croquete/ kibe, embalados em sacos plásticos transparentes ou em caixa próprias.</i>	6.000,0000	UNIDADE
200527	MULTICEREAL INFANTIL INSTANTÂNEO 360G ** <i>cereal tipo (mucilon) Classe infantil, pré-cozido, alimento processado e enriquecido, feito a base de cereais (como arroz, milho, aveia, cevada, trido, quinoa), armazenado em saco plástico 360g.</i>	100,0000	UNIDADE
200528	NOZ MOSCADA PCT DE 100G ** <i>caroço ovalado ou arredondado, com cerca de 2 a 3 cm de comprimento 1,5 a 2,5 cm de diâmetro, aroma forte e doce, marrom-acinzentado ou marrom-amarelada.</i>	50,0000	PACOTE
200529	ÓLEO DE GIRASSOL 900ML **** <i>Óleo de girassol em embalagem plástica de 900 ml. Na embalagem do produto deverá constar: identificação do produto e empresa, data de validade e fabricação, peso liquido, composição, informações nutricionais e registro em órgão competente. As embalagens deverão apresentar-se sem nenhum indicio de alteração e com lacres intactos. *Óleo utilizados em escola que possa ter alunos com necessidades nutricionais especiais. O item devera ter no mínimo prazo de validade de seis meses contados apartir do Dida da data de fabricação.</i>	30,0000	FRASCO
200530	ÓLEO DE SOJA REFINADO 900ML *** <i></i>	3.000,0000	FRASCO



Estado do Pará

Governo Municipal de São Félix do Xingu

ANEXO I

Pag.: 8

Código	Descrição	Qtd	Unidade
	<i>Óleo refinado de soja, em frasco plástico de 900ml, transparente de prolipropileno, com rótulos do fabricante, com informações nutricionais. Validade de no mínimo 6 meses após a data de entrega.</i>		
200531	OVO DE CODORNA 30 UND ** <i>produto novo, fresco e de primeira qualidade, casca íntegra, sem trincas rachaduras ou manchas, acondicionadas em bandejas próprias p/ ovo de codornia, transparente com capacidade para 30 unidades.</i>	60,0000	CARTELA
200532	OVOS BRANCO 30 UND ** <i>ovo branco de galinha, sem trincas, rachaduras ou danos na casca, acondicionados em caixas ou bandejas com 30 unidades próprias para ovos.</i>	40,0000	CARTELA
200533	PÃO FRANCÊS *** <i>pão cilíndrico, alongado, pontas arredondadas, com corte superior único (pestana) de 20 a 50mm de abertura, peso de 50-60g crosta cor amarela dourado, fina e crocante, miolo branco ou creme claro, macio elástico, estrutura alveolar uniforme, sabor característico, levemente salgado, sem azedo ou estranho.</i>	1.000,0000	QUILO
200534	PÃO MASSA FINA P/ CACHORRO QUENTE ** <i>pão tipo cachorro quente, formato cilíndrico, comprimento de 12 a 16cm, peso de 50 a 70g, massa fina, leve e macia, miolo arado, crosta fina e suave, sabor neutro ou levemente, adocicado, sem sabor acentuado, textura macia e elástica, embalagens plástica atóxica ou caixa próprias.</i>	1.500,0000	QUILO
200535	PAPRICA DEFUMADA POTE DE 100G ** <i>Condimento em pó, possui sabor robusto, obtido a partir da moagem em de pimentões vermelhos secos, que passaram por um processo de defumação e um pó fino, homogêneo e sem gomos.</i>	70,0000	POTE
200536	PAPRICA PICANTE POTE 100G ** <i>Condimento em pó, obtido da moagem de pimentões vermelhos secos com alto teor capsaicina, levemente defumado com um toque ardente e um pó fino e homogêneo, com tonalidade vermelho intenso.</i>	70,0000	POTE
200537	PEITO DE FRANGO CONGELADO *** <i>carne de ave in natura, sem temperos e conservantes, sem pele, consistência firme e sem manchas nem pegajosa, coloração clara, sem odores, embalagem com rótulo contendo procedência do produto, ingredientes, tabela nutricional, peso data da fabricação e validade e registro no sim cispoa ou sif embalagem primária plástica flexível atóxica resistente e transparente.</i>	1.000,0000	QUILO
200538	PEPINO IN NATURA TIPO JAPONES ** <i>Classe Kyuri, verdura, casca verde-escura, lisa e brilhante, podendo ter espinhos brancos, polpa verde-clara e translúcida, pele fina e delicada, crocante, suculenta e firme, sem enrugaduras.</i>	100,0000	QUILO
200539	PERA IN NATURA ** <i>Fruta em forma de pêra piriforme, fina lisa ou ligeiramente rugosa, com cores variadas, branca ou amarelada, macia, suculenta, doce com leve acidez.</i>	200,0000	QUILO
200540	PIMENTA DE CHEIRO IN NATURA **	80,0000	QUILO



Estado do Pará

Governo Municipal de São Félix do Xingu

ANEXO I

Pag.: 9

Código	Descrição	Qtd	Unidade
	<i>Hortaliças, cilíndrica ou ligeiramente achatada de baixa picância, tamanho variando de 4 a 7 cm de comprimento, verde clara, ao amadurecer torna-se laranja-clara, amarela ou vermelha, fina com interior oco e poucas sementes, firme e crocante quando fresca.</i>		
200541	PIMENTA DO REINO MOIDA POTE DE 100G ** <i>pó fino e homogêneo de granulometria regular, cinza -escuro ou marrom-preto, aroma picante e penetrante.</i>	100,0000	POTE
200542	PIMENTÃO AMARELO ** <i>Classe Solanaceae, com formato cônico ou quadrado, com 3 ou 4 lobos, consistente, firme, pele lisa, brilhante, crocante e suculento, sem manchas escuras.</i>	30,0000	QUILO
200543	PIMENTÃO VERDE ** <i>Classe Solanaceae, com formato cônico ou quadrado, com 3 ou 4 lobos, cor variando verde claro ao verde escuro, consistente, firme, pele lisa, brilhante, crocante e suculenta, sem manchas escuras.</i>	50,0000	QUILO
200544	PIMENTÃO VERMELHO ** <i>Classe Solanaceae, com formato cônico ou quadrado, com 3 ou 4 lobos, consistente, firme, pele lisa, brilhante, crocante e suculento, sem manchas escuras.</i>	30,0000	QUILO
200545	POLPA DE ACEROLA IN NATURA 1 KG ** <i>Líquido homogêneo congelado, sem grumos ou partículas estranhas de consistência pastosa, de cor avermelhada, sem alterações de coloração agridoce e aroma próprio, suave e sem presença de sementes, cascas ou fibras grossas, embaladas em embalagens plásticas transparente.</i>	1.200,0000	QUILO
200546	POLPA DE CAJÁ IN NATURA 1KG ** <i>Líquido homogêneo congelado, sem grumos ou partículas estranhas de consistência pastosa, de cor amarela, sem manchas ou alterações de coloração, agridoce com acidez pronunciada e aroma próprio, suave, sem presença de sementes, cascas ou fibras grossas, embalada em embalagens plásticas transparente.</i>	1.000,0000	QUILO
200547	POLPA DE MARACUJÁ IN NATURA ** <i>Provenientes de maracujás maduros e frescos, sem adição de conservantes e açúcares e outros aditivos, massa pastosa de cor amarelada, acondicionadas em sacos plásticos de polietileno de baixa densidade, resistentes e atóxicos, com capacidade de um kg.</i>	1.000,0000	QUILO
200548	POLVILHO DOCE 1KG **** <i>Polvilho doce produto derivado da mandioca, cor branca, não contém glúten, embalagem plástica de 01kg, resistente transparente com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo de 6 meses.</i>	500,0000	UNIDADE
200549	PRESUNTO SUINO ** <i>Feito com a perna inteira do suíno, pedaços grandes e textura uniforme, pode ter sal, açúcar e condimentos</i>	300,0000	QUILO
200550	QUEIJO PARMESÃO BARRA ** <i>queijo tipo parmesão em barra, produto de primeira qualidade, resfriado proveniente de leite bovino, coalho, sal e aditivos permitidos pela legislação vigente- sem adição de glúten e resfriado.</i>	700,0000	QUILO
200551	QUEIJO TIPO FRESCAL ** <i>queijo fresco produzido a partir de leite bovino pasteurizado ou cru, textura macia, alto teor de umidade, cremosa e ligeiramente granulada, suave, levemente salgado e com aroma láctico.</i>	100,0000	QUILO



Estado do Pará

Governo Municipal de São Félix do Xingu

ANEXO I

Pag.: 10

Código	Descrição	Qtd	Unidade
200552	REFRIGERANTE SABOR COLA 2 LITROS 1 LINHA ** <i>refrigerante refrigerado sabor cola (tipo coca cola), embalagem plástica pet descartável de 2 litros, embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, com validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega.</i>	2.500,0000	UNIDADE
200553	REFRIGERANTE SABOR COLA ZERO AÇUCAR 2 LITROS 1 LINHA ** <i>refrigerante refrigerado sabor cola (tipo coca cola), embalagem plástica pet descartável de 2 litros, embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, com validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega.</i>	300,0000	UNIDADE
200554	REFRIGERANTE SABOR GUARANÁ 2 LITROS 1 LINHA ** <i>refrigerante refrigerado sabor guaraná (tipo guaraná antártica), embalagem plástica pet descartável de 2 litros, embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, com validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega.</i>	2.500,0000	UNIDADE
200555	REPOLHO IN NATURA **** <i>Cor Verde, Tamanho médio. Íntegros, sem pontos escuros ou murchos. Frescos e de cor característica.</i>	800,0000	QUILO
200556	RUCULA IN NATURA * <i>Hortaliça, folhas dispostas em roseta, com formato recortado ou lobulada, possui um nervo central branco bem marcado, verde-escura brilhante, carnosa e crocante, com superfície levemente aspera e pelos finos visíveis principalmente na parte inferior.</i>	200,0000	UNIDADE
200557	SAL REFINADO DE 1KG *** <i>Sal refinado iodado, embalagem primária própria intacta, constando a identificação do produto, marca, nome e endereço do fabricante, informação nutricional, lote e validade mínima de 60 dias após a data de entrega.</i>	300,0000	QUILO
200485	COCO RALADO 250G SEM AÇUCAR ** <i>coco em pó ou em pedaços, embalados em pacotes plásticos, com validade variando de 12 a 24 meses, cor branca com baixo teor de gordura, sem açúcar pct 250g.</i>	200,0000	PACOTE
200559	SALSICHA TIPO HOT DOG ** <i>Elaborada com carne de suíno, bovina ou mistura com adição de gordura, condimentos e ditivos. Deve ser de carnes saudáveis e inspecionadas, massa homogênea, sem grumos, manchas ou partes estranhas. Cor rosa claro a avermelhado uniforme. Sem odores, macia e consistente.</i>	200,0000	QUILO
200560	SUCO CONCENTRADO 500ML (CAJU)** <i>Suco envasado em garrafa de polietileno atóxica resistente transparente, 500 ml, com identificação na embalagem (roulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, data de validade e fabricação. Validade de 12 meses a contar da data de entrega.</i>	200,0000	UNIDADE
200561	SUCO CONCENTRADO 500ML (GOIABA)** <i>Suco envasado em garrafa de polietileno atóxica resistente transparente, 500 ml, com identificação na embalagem (roulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, data de validade e fabricação. Validade de 12 meses a contar da data de entrega.</i>	200,0000	UNIDADE
200562	TEMPERO COMPLETO COM PIMENTA 1KG ** <i>tempero tipo (arisco), marrom claro ou amarelado, textura pó fino ou granulado homogenio, equilibrado com destaque para o alho e sal, levemente apimentada.</i>	150,0000	POTE



Estado do Pará

Governo Municipal de São Félix do Xingu

ANEXO I

Pag.: 11

Código	Descrição	Qtd	Unidade
200563	TOMATE CEREJA ** <i>Classe Solanaceae, vermelho brilhante, pele fina e lisa, polpa succulenta e firme com sementes pequenas no interior sem manchas escuras.</i>	80,0000	QUILO
200564	TOMATE COMUM IN NATURA **** <i>tamanho médio a grande, de primeira, com grau de maturação médio, sem ferimentos, sem sinais de bolor.</i>	800,0000	QUILO
200565	TULIPA DE FRANGO ** <i>É o corte localizado na parte média da asa. Também conhecida como meio da asa, provenientes de aves saudáveis, inspecionadas e abatidas conforme normas sanitárias. Carne firme, úmida sem manchas, hematomas, ossos quebrados, cartilagens excessivas ou resíduos estranhos, cor branca a rosada clara, uniforme, sem odores desagradáveis ou rançosos, não pode estar mole, pegajosa ou com excesso de gordura.</i>	1.000,0000	QUILO
200566	UVAS PRETAS SEM SEMENTES ** <i>Frutas de casca fina, pretas ou roxas escuras, aços bem formados compactos ou médios, bagos redondos ou ligeiramente redondos. Embalados em sacos plásticos ou embalagens plásticas transparentes, com rótulos.</i>	150,0000	QUILO
200567	UVAS VERDES SEM SEMENTES ** <i>Frutas de casca fina, verdes-clara, cachos bem formados compactos ou médios, bagos redondos ou ligeiramente redondos. Embalados em sacos plásticos ou embalagens plásticas transparentes, com rótulos.</i>	150,0000	QUILO
200568	VINAGRE DE ÁLCOOL 750ML *** <i>Vinagre de álcool embalagem primária própria intacta, constando a identificação do produto, marca, nome e endereço do fabricante, informação nutricional, lote e validade mínima de 180 dias após a data de entrega.</i>	500,0000	UNIDADE
200558	SALGADO ASSADO 50G ** <i>salgados tipo esfira/ enroladinho de salsicha / pastel/ enroladinho de queijo/ pão círio, assados em forno sem imersão em óleo, massa macia, crostafina e saborosa, embalagens plástica atóxica ou caixa próprias.</i>	5.000,0000	UNIDADE
200574	PÃO DE FORMA TRADICIONAL FATIADO 480G * <i>Pão crosta cor amarela dourado e fina, miolo branco, peso mínimo 480g, sabor neutro ou levemente adocicado, sem sabor acentuado, textura macia e elástica, embalado e saco plástico transparente com fechamento amarrado.</i>	200,0000	UNIDADE

Condições de pagamento : _____

Validade da proposta : _____ dias

Prazo da entrega : _____ dias



Processo Administrativo nº2026.07.068

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO FÉLIX DO XINGU/PA, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E

A Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu, Estado do Pará, por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede no(a) , nesta cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. XXX/2026-SRP, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
...					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.



- 2.3. *O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*
- 2.4. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*
- 2.5. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:



- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *30 (trinta) dias*.
- 8.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**
 - 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
 - 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
 - 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo



contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.17. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

- 1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - i. *O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
- 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
- 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 15% a 20% do valor do Contrato.
- 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 15% a 20% do valor do Contrato.
- 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.
- 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse



valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.



12.1.1. *A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.*

12.1.2. *Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.*

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de São Félix do Xingu, deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Félix do Xingu para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São Félix do Xingu/PA, XX de xxxxxxxxxxx de XXXX.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

A Prefeitura do Município de São Félix do Xingu/PA, com sede na Avenida 22 de março, nº 915, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.421.300/0001-68, neste ato representada pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202X, publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2026-SRP, publicada no de/...../2026, processo administrativo n.º 2026.07.068, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 1.245/2023 e o Decreto Federal nº 11.462/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, LANCHES, BEBIDAS E ITENS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS CAPACITAÇÕES, FORMAÇÕES CONTINUADAS, ENCONTROS PEDAGÓGICOS, EVENTOS INSTITUCIONAIS, CULTURAIS, COMEMORATIVOS E DEMAIS ATIVIDADES PROMOVIDAS PELA SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIX DO XINGU/PA**, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº XXX/2026-SRP*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (<i>se exigida no edital</i>)	Modelo (<i>se exigido no edital</i>)	Unidade	Qtd Máxima	Qtd Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.



Dos limites para as adesões

4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:



- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
 - 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e
 - 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.



5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:



- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às



contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

São Félix do Xingu/PA, XX de xxxxxxxxxxxx de 2026.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



ANEXO III - (DECLARAÇÃO DE SÓCIOS E GERENTES NÃO SERV. PÚBLICOS MUNICIPAIS)

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2026.07.068
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 025/2026-SRP

DECLARAÇÃO QUE ENTRE OS SÓCIOS E GERENTES NÃO HÁ NENHUM SERVIDOR DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E QUE NEM O TENHA SIDO NOS ÚLTIMOS 180 (CENTO E OITENTA) DIAS.

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026-SRP

Prezados Senhores,

Declaramos, sob pena da lei que entre os dirigentes, gerentes e responsáveis técnicos da empresa, não há nenhum servidor da Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu – PA e nenhum que tenha sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data do certame.

Declaramos ainda a inexistência, no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Atenciosamente,

Local e data.

(carimbo e assinatura do Representante legal da empresa)